

**Plano Municipal de Defesa da Floresta
Contra Incêndios**
Caderno I

CADERNO I



INDICE

1 - Caracterização Física	4
1.1 – Enquadramento Geográfico do concelho.....	4
1.2 - Hipsometria.....	5
1.3 - Declives.....	7
1.4 - Exposições	9
1.5 - Hidrografia.....	10
1.5.1 Principais Linhas de Água.....	10
2 - Caracterização Climática.....	13
2.1 - Temperatura	13
2.2 – Humidade relativa	14
2.3 - Precipitação.....	16
2.4 - Vento	18
3 - Caracterização da População.....	20
3.1 – População residente por Censo e Freguesia (1991/2001/2011) e densidade populacional (2011)	20
3.2 – Índice de Envelhecimento (1991/2001/2011) e sua evolução (1991-2011)	24
3.3 – População por setor de atividade em 2011.....	29
3.4 – Taxa de analfabetismo (1991/2001/2011)	31
3.5 – Romarias e Festas.....	35
4 - Caracterização do Solo e Zonas Especiais	39
4.1 – Ocupação do solo	39
4.2 – Povoamentos florestais	45
4.3 – Conservação da Natureza	50
4.3. 1 - Áreas protegidas	50
4.3.1.1 Parque Natural do tejo Internacional.....	51
4.3.1.2 Serra da Gardunha.....	51
4.3.2 Rede Natura 2000	52
4.3.3 Regime florestal.....	52
4.4– Instrumentos de gestão florestal.....	52
4.5– Zonas de recreio florestal, caça e pesca.....	55
4.5.1- Zonas de recreio florestal	55
4.5.2 Zonas de Caça e Pesca	56
5 - Análise do Histórico e da Causalidade dos Incêndios Florestais	57
5.1 – Distribuição anual	57
5.1.1 – Distribuição anual da área ardida e do nº de ocorrências para o período de 1980-2014.....	57
5.1.2 – Distribuição anual da área ardida e do nº de ocorrências em 2014 e média no quinquénio 2009-2013 por freguesia.....	59
5.1.3 – Distribuição da área ardida e do nº de ocorrências em 2014 e média no quinquénio 2009-2013, por espaços florestais em cada 100 hectares, por freguesia.....	61

5.1.4. – Distribuição mensal da área ardida e do nº de ocorrências em 2014 e média 2005-2013.....	63
5.1.5. – Distribuição semanal da área ardida e do nº de ocorrências em 2014 e média 2005-2013	65
5.1.6. – Distribuição dos valores diários acumulados da área ardida e do número de ocorrências.....	67
5.1.7. – Distribuição horaria da área ardida e do número de ocorrências.....	67
5.2 – Área ardida em espaços florestais	70
5.3– Área ardida e número de ocorrências por classes de extensão	72
5.4– Pontos de início e causas.....	74
5.4.1 – Mapa dos pontos de início e causas dos incêndios de Castelo Branco	74
5.4.2 – Quadro do número total dos incêndios e causas por freguesia.....	74
5.5– Fontes de Alerta.....	76
5.5.1 – Distribuição do nº de ocorrências por fonte de alerta	76
5.5.2 – Distribuição do número de ocorrências por fonte e hora de alerta	76
5.6– Grandes Incêndios.....	77
5.6.1 – Distribuição Anual das áreas ardidas dos grandes incêndios no concelho de Castelo Branco ..	77
5.6.2 – Distribuição Anual do número de grandes incêndios por classes de área	79
5.6.3 – Distribuição mensal da área ardida e do número de ocorrências dos grandes incêndios	79
5.6.4 – Distribuição semanal da área ardida e do número de ocorrências dos grandes incêndios.....	82
5.6.5 – Distribuição horária da área ardida e do número de ocorrências dos grandes incêndios (2005-2014)	84
. BIBLIOGRAFIA.....	86

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Concelhos da Beira Interior Sul	4
Tabela 2- Área das freguesias do concelho de Castelo Branco em ha.....	4
Tabela 3- Exposições em percentagem da sua distribuição	9
Tabela 4 Valores máximos diários de precipitação	17
Tabela 5- Velocidade e frequência do vento	19
Tabela 6 - População residente por Censo e Freguesia (1991/2001/2011) e densidade populacional (2011)	20
Tabela 7 – Índice de Envelhecimento (1991/2001/2011) e sua evolução (1991-2011)	25
Tabela 8- População por setor de atividade (%) em 2011 no concelho de Castelo Branco	29
Tabela 9 População por setor de atividade em 2001 e 2011 em Castelo Branco e na Beira Interior Sul.....	31
Tabela 10 Taxa de analfabetismo (1991/2001/2011) e sua variação	32
Tabela 11 Taxa de analfabetismo em Castelo Branco e na Beira Interior Sul em 2011	33
Tabela 12 – Festas e romarias do concelho de Castelo Branco	35
Tabela 13- Ocupação do solo	40
Tabela 14 Ocupação do solo por freguesia	41
Tabela 15 – Área ocupada pelas principais espécies florestais	46
Tabela 16 Área ocupada pelas principais espécies florestais por freguesia em ha e %	47
Tabela 17 - Distribuição horária da área ardida e do n.º de ocorrências (2005-2014).....	70
Tabela 18 Relação entre a área ardida de mato e povoamentos no período 2010-2014.....	71
Tabela 19 Distribuição da área ardida e do n.º de ocorrências por classes de extensão (2010-2014).....	72
Tabela 20 Quadro do número total dos incêndios e causas por freguesia no período de 2010-2014.....	74
Tabela 21 Grande incêndios por classes de extensão	79

INDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Gráfico Media das temperaturas máxima, mínimas e médias diárias no período 1971-2000.....	14
Figura 2 - Gráfico dos valores da humidade do ar ás 09.00h e ás 18.00 h.....	15
Figura 3 - Gráfico da média dos valores da precipitação e precipitação máxima diária	17
Figura 4- Gráfico Velocidade e frequência do vento.....	18
Figura 5 Gráfico da População residente em 1991, 2001 e 2011 e sua evolução	23
Figura 6 - Evolução da População residente em Castelo Branco e na Beira Interior Sul ...	24
Figura 7 Gráfico da Evolução do Índice de Envelhecimento.....	27
Figura 8 Gráfico comparativo do envelhecimento do concelho com a região da Beira Interior Sul.....	28
Figura 9 Gráfico da Evolução da taxa de analfabetismo entre 1991 e 2011	34
Figura 10 Gráfico da ocupação do solo.....	41
Figura 11 Gráfico com a distribuição das principais espécies florestais	47
Figura12 - Distribuição anual da área ardida e do n.º de ocorrências (1980-2014)	58
Figura 13 – Distribuição da área ardida e do n.º de ocorrências em 2014 e média no quinquénio 2009-2013 por freguesia	60
Figura 14 Distribuição da área ardida e do nº de ocorrências em 2014 e média no quinquénio 2009-2013 por espaços florestais em cada 100 hectares, por freguesia	62
Figura 15 - Distribuição mensal da área ardida e do n.º de ocorrências em 2014 e média 2005-2014.....	64
Figura16 - Distribuição Semanal da área ardida e do n.º de ocorrências em 2014 e média 2004-2013.....	66
Figura 17 Distribuição dos valores diários acumulados da área ardida e do número de ocorrência 2005-2014	68
Figura 18 Distribuição horária da área ardida e do n.º de ocorrências (2005-2014)	69
Figura 19 - Área ardida em espaços florestais 2010-2014.....	71
Figura 20 Distribuição da área ardida e do n.º de ocorrências por classes de extensão (2010-2014).....	73
Figura 21 Distribuição do nº de ocorrências por fonte de alerta	76
Figura22 Distribuição do n.º de ocorrências por fonte e hora de alerta (2010-2014).....	78
Figura 23 Distribuição anual da área ardida e do n.º de ocorrências dos grandes incêndios (2005-2014).....	80
Figura 24 Distribuição mensal da área ardida e do número de ocorrências dos grandes incêndios (2005-2014)	81
Figura 25 Distribuição Semanal da área ardida e do número de ocorrências dos grandes incêndios (2005-2014)	83
Figura 26 Distribuição horária da área ardida e do número de ocorrências dos grandes incêndios (2005-2014)	85

LISTAGEM DE ANEXOS

Anexo I

Mapa 1: Mapa com Enquadramento Geográfico do Concelho de Castelo Branco

Mapa 2: Mapa de Hipsometria do Concelho de Castelo Branco

Mapa 3: Mapa de Declives do Concelho de Castelo Branco

Mapa 4: Mapa de Exposição do Concelho de Castelo Branco

Mapa 5: Mapa de Hidrografia do Concelho de Castelo Branco

Mapa 6: Mapa da População residente (1991/2001/2011) e densidade populacional (2011) do Concelho de Castelo Branco

Mapa 7: Mapa de índice de Envelhecimento (1991/2001/2011) e sua Evolução no concelho de Castelo Branco

Mapa 8: Mapa da população por sector de atividade (2011) do Concelho de Castelo Branco

Mapa 9: Mapa da Taxa de Analfabetismo (1991/2001/2011) do Concelho de Castelo Branco

Mapa 10: Mapa de Romarias e Festas Concelho de Castelo Branco

Mapa 11 - Mapa do Uso e Ocupação do Solo do Concelho de Castelo Branco

Mapa 12: Mapa dos Povoamentos Florestais do Concelho de Castelo Branco

Mapa 13: Mapa de Áreas Protegidas, Rede Natura 2000 e Regime Florestal do Concelho de Castelo Branco

Mapa 14: Mapa de Instrumentos de Gestão Florestal do Concelho de Castelo Branco

Mapa 15: Mapa de Zonas de Caça do Concelho de Castelo Branco

Mapa 16: Mapa de Áreas Ardidas (2005 - 2014) do Concelho de Castelo Branco

Mapa 17: Mapa de Pontos de Início e Causas do Concelho de Castelo Branco

Mapa 18: Mapa de Grandes Incêndios (2005 – 2014) do Concelho de Castelo Branco

1 - Caracterização Física

1.1 – Enquadramento Geográfico do concelho

O Concelho de Castelo Branco localiza-se no Interior Centro de Portugal (Sub-região da Beira Interior Sul- correspondente à NUT III com a mesma designação), conforme mapa 1 de enquadramento regional em anexo, é sede de Distrito, confronta em termos de território com os concelhos de Vila Velha de Ródão, Proença-a-Nova, Oleiros, Fundão, Penamacor, Idanha-a-Nova, (tabela 1), e Espanha.

Tabela 1 - Concelhos da Beira Interior Sul

Concelhos da NUT III	N. ° de Freguesias	Área total
Castelo Branco	19	143.819,63
Idanha-a-Nova	17	141.633,52
Penamacor	12	56.370,7
Vila Velha de Rodão	4	32991,16

Fonte: Lei n.º 21 de 23 de Agosto de 2013 e CAOP, 2014

Possui de acordo com a tabela 2, uma área de 143.818,63 ha, distribuída por 19 freguesias resultantes da recente reorganização administrativa que resultou da fusão de seis das anteriores 25 freguesias, estando inserido em termos florestais no Departamento de Conservação da Natureza e Florestas do Centro.

Tabela 2- Área das freguesias do concelho de Castelo Branco em ha

FREGUESIA	ÁREA (HA)	% do total
Alcains	3.694,47	2,57
Almaceda	7.219,27	5,02
Benquerenças	6.103,14	4,24

FREGUESIA	ÁREA (HA)	% do total
Castelo Branco	17.026,25	11,84
Lardosa	4.447,14	3,09
Louriçal do Campo	2.230,56	1,55
Malpica do Tejo	24.602,22	17,11
Monforte da Beira	12.035,46	8,37
Santo André das Tojeiras	7.487,41	5,21
Sarzedas	17.204,90	11,96
Salgueiro do Campo	3.033,86	2,11
São Vicente da Beira	10.000,26	6,95
Tinalhas	1.619,49	1,13
Freguesias de Póvoa de Rio de Moinhos e Caféde	4.107,25	2,86
Freguesias de Cebolais de Cima e Retaxo	2.512,60	1,75
Freguesias de Escalos de Baixo e Mata	7.007,65	4,87
Freguesias de Escalos de Cima e Lousa	5.123,55	3,56
Freguesias de Freixial do Campo e Juncal do Campo	4.066,75	2,83
União das Freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo	4.296,92	2,99
	143.818,63	

Fonte: CAOP, 2014

1.2 - Hipsometria

A altitude, à semelhança de outros parâmetros físicos, está interligada com a determinação do risco de incêndio, utilizado num plano de defesa da floresta, embora seja o que

apresenta menor implicação no cálculo do referido índice e conseqüentemente no planeamento da DFCCI.

A altitude é um fator orográfico de grande importância, uma vez que a sua variação provoca a alteração de vários elementos climáticos e, conseqüentemente, a mudança na composição da vegetação.

Relativamente ao Concelho de Castelo Branco e de acordo com a cartografia produzida para este fim, (mapa 2) verifica-se que o concelho possui uma cota mínima de 100 m (localizada na freguesia de a Sul do Concelho) e máxima de 1227m (localizada a Norte do Concelho).

A zona mais montanhosa tem maior expressão a Norte e Noroeste do concelho, nas freguesias de Louriçal do Campo, Alameda e S. Vicente da Beira, atingindo aqui a altitude máxima de 1200m na Serra da Gardunha. As áreas de altitude inferior a 200m situam-se nas depressões dos rios Tejo e Ponsul, Ribeira do Aravil e Alpreade. A restante área, com altitudes compreendidas entre 200 e 400m de altitude, tem expressão na maioria das freguesias: Lardosa, Ninho do Açor e Sobral do Campo, Póvoa de Rio de Moinhos e Cafede, Alcains, Escalos de Baixo e Mata, Escalos de Cima, Malpica do Tejo e Monforte da Beira.

A zona mais ocidental do concelho apresenta altitudes que variam entre 500 e 800m. Santo André das Tojeiras e Sarzedas são freguesias que abrangem uma extensa área em que as suas altitudes oscilam entre 250 e 450 m, enquanto as freguesias de Cebolais e Retaxo e Benquerenças se situam entre os 300 e 350 m.

Frequentemente se refere a contribuição da altitude pelo seu efeito na temperatura do ar e do seu conteúdo em oxigénio mas a sua incidência no início e desenvolvimento dos incêndios florestais é muito pequena (Vélez, 2000).

O relevo provoca a formação de microclimas e tem uma grande influência nos regimes de ventos, sendo que a altitudes mais elevadas correspondem maiores intensidades de vento.

A altitude está frequentemente associada com a distribuição dos combustíveis, existindo espécies que não se adaptam a determinadas altitudes.

No fundo dos vales junto das linhas de água é frequente encontrar culturas agrícolas.

Associada com o aumento da altitude, existe a diminuição da temperatura em 1° C por cada 154 metros, sendo também a pluviosidade mais elevada no topo das cordilheiras assim como a intensidade dos ventos.

O impacto da altitude na vegetação do meio ambiente, no entanto, está longe de ser homogêneo. Há variações de vegetação dependendo da amplitude da vegetação.

Em regiões baixas, em elevações que vão do 0 aos 300 metros, a altitude pouco influencia na vegetação. Aqui, outros fatores como luz, calor acesso à água acabam sendo mais importantes no desenvolvimento da mata do que a altitude propriamente dita. Em locais situados a partir dos 300 metros até aproximadamente 2000 metros, o impacto na vegetação começa a ser limitante.

Nas chamadas médias altitudes (300 metros até aproximadamente 2000 metros), o ar apresenta baixa umidade relativa. O impacto na vegetação reflete-se principalmente na perda de folhas. Durante o inverno, as folhas que cobrem a vegetação caem e só são recompostas na estação seguinte, a primavera. Em áreas de altitude média é comum o surgimento de pinheiros, árvores adaptadas às condições rigorosas do clima frio e seco. A vegetação apresenta plantas de cascas grossas e escamosas, preparadas para sobreviver a situações de escassez de água.

1.3 - Declives

O declive é considerado um dos parâmetros relacionados com as condições biofísicas de utilização agrícolas e florestais do solo, uma vez que para além das condições com implicações diretas, reflete, em geral, fatores como a hidrologia ou o tipo de solo.

O concelho é caracterizado por apresentar uma topografia pouco acidentada em grande parte da sua extensão, com exceção das zonas mais montanhosas onde as vertentes declivosas apresentam maior expressão.

De acordo com o mapa de declives (mapa 3) as freguesias de Alcains, união das Freguesias de Escalos de Baixo e Mata, União das Freguesias de Escalos de Cima e Lousa, Lardosa, Louriçal do Campo, União das Freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo, Tinalhas, União das Freguesias de Póvoa de Rio de Moinhos e Cafede, e a parte

Norte da Freguesia de Castelo Branco, são caracterizadas por declives pouco acentuados, cujos valores não ultrapassam os 10 graus.

Destacam-se algumas zonas mais acidentadas com declives superiores a 25 graus, como aquelas que se situam no limite da freguesia de Castelo Branco com União das Freguesias de Póvoa de Rio de Moinhos e Cafede na área que antes pertencia à freguesia de Cafede e com a freguesia de Salgueiro do Campo e ainda numa outra localizada entre Castelo Branco e o Rio Ponsul.

As freguesias situadas mais a Sul do concelho, como Malpica do Tejo e Monforte da Beira apresentam declives na sua maioria inferiores a 10 graus. Porém a freguesia de Monforte da Beira é aquela que tem a maior área com declives entre os 10 e 25 graus, possuindo a zona mais acidentada junto à Ribeira do Aravil. Em Malpica do Tejo observam-se, junto ao rio Tejo e Ponsul, zonas bastante acidentadas, com declives superiores a 25 graus.

As freguesias de Sarzedas e Santo André das Tojeiras possuem extensas áreas com declives situados entre os 10 e 25 graus. As zonas mais acidentadas da freguesia de Sarzedas situam-se junto à localidade de Lisga e junto às margens do Rio Tripeiro e Ribeira de Goulo. A freguesia de Santo André das Tojeiras possui as zonas mais acidentadas com declives superiores a 25 graus, nos vales encaixados do Rio Ocreza, Ribeira do Alvito e no Vale do Grou.

As zonas mais declivosas com extensas áreas e declives superiores a 25 graus situam-se junto ao limite norte do concelho, nas freguesias de Almaceda, São Vicente da Beira e Louriçal do Campo.

O papel do declive ao nível da DFCI prende-se com dificuldades de acesso a alguns locais e pela rapidez de propagação dos incêndios, quando o fogo é ascendente, ao provocar a rápida dessecação dos combustíveis.

Nas zonas mais declivosas, as operações de silvicultura preventiva que aí têm de ser realizadas, tornam-se mais onerosas assim como a instalação e manutenção de rede viária.

Mas o papel do declive é mais notório na determinação das características de um incêndio. Quanto maior for o declive de um terreno, (quando o sentido do fogo é ascendente), maior é a proximidade da chama relativamente aos combustíveis que se situam acima. Esta maior facilidade de propagação traduz-se nas características da chama, a qual atinge maiores

proporções, e na velocidade de propagação do fogo, que no entanto, apresenta diferenças, quer se trate de espécies resinosas ou folhosas, favorecendo ainda a continuidade vertical e horizontal dos combustíveis.

1.4 - Exposições

Relativamente ao Concelho de Castelo Branco e de acordo com o mapa de exposições (mapa 4) produzido para este fim, e pela análise da tabela 3, verifica-se que não existe uma exposição marcadamente predominante.

No entanto as freguesias de Povia de Rio de Moinho e Cafede, Alcains, Escalos de Cima e Lousa e Escalos de Baixo e Mata, formam uma significativa parcela do território com exposição a Sul.

A freguesia de Malpica do Tejo apresenta parte da sua área exposta a Norte.

Tabela 3- Exposições em percentagem da sua distribuição

Exposição	%
Plano	13,07494
Norte	18,04611
Oeste	21,55105
Sul	23,59287
Este	23,73502

As zonas mais acidentadas do Concelho apresentam maioritariamente exposições a Sul e Oeste.

As encostas viradas a Norte e Este são mais frias, as viradas a Sul e Oeste mais quentes o que influencia o tipo e crescimento da vegetação existente, influenciando assim dessa forma a quantidade e humidade do combustível.

Nas encostas mais frias, devido à menor insolação, as temperaturas são menores e a humidade mais elevada, mantendo assim a vegetação mais verde e menos suscetível à ocorrência e propagação de incêndios. Pelo contrário, nas encostas mais quentes devido a uma maior insolação a temperatura é mais alta levando a uma maior dessecação dos combustíveis, criando as condições ótimas para a eclosão e propagação de incêndios

1.5 - Hidrografia

O concelho de Castelo Branco faz parte da bacia hidrográfica do Rio Tejo e é drenado por várias sub-bacias, das quais as mais importantes são a bacia do rio Ocreza e a bacia do rio Ponsul que drenam, respetivamente, cerca de 60% e de 35% da área do concelho. A restante área do concelho (cerca de 5%) é drenada por outras pequenas bacias afluentes do rio Tejo, das quais se destacam a Ribeira do Açafal, que drena uma parte das freguesias de Cebolais de Cima e do Retaxo, a Ribeira de Boidade que drena uma parte da freguesia de Monforte da Beira.

A densa rede hidrográfica resulta das características do clima, as suas linhas de água caracterizam-se por uma descontinuidade de regime, apresentando a maioria delas um caudal nulo durante os meses de estio.

1.5.1 Principais Linhas de Água

No mapa de hidrografia (mapa 5), pode verificar-se que o rio Ocreza é o único que possui as suas linhas de cabeceira situadas no concelho, sendo o Rio Ponsul o único curso de água com caudal permanente que, no entanto, também apresenta um caudal reduzido nos meses de Verão. As outras linhas de água mais importantes são a Ribeira do Aravil, o Rio Ocreza e os seus afluentes Rio Tripeiro e Ribeira do Alvito, e a Ribeira de Alpreade, afluente do Rio Ponsul.

A Ribeira do Aravil nasce na Serra da Murracha, a uma altitude de cerca de 440m e tem um comprimento de 47,4km, com uma sinuosidade fraca que se acentua ligeiramente na sua parte terminal. A sua maior extensão situa-se a uma altitude inferior à média (276m). Tem como afluentes, na margem direita e pertencentes ao concelho, as Ribeiras do Campo, do Salgueiral, do Gonçalão e da Casta. No seu último troço este curso de água limita o concelho de Castelo Branco através da Freguesia de Monforte.

O Rio Ponsul nasce na Serra do Ramiro, em Penamacor, a uma altitude de 650m e tem um comprimento de 79,8Km. Na sua margem esquerda salientam-se como afluentes as Ribeiras do Povo (limite do concelho de Castelo Branco), do Vale da Baralha (freguesia de Malpica do Tejo), Ribeira do Vidigal da Farropinha e de Monsanto. Na margem direita aparecem as Ribeiras de Alpreade, do Barco e do Cavagaio. O último troço serve de limite ao concelho na freguesia de Malpica do Tejo.

A Ribeira de Alpreade é o afluente mais importante do Rio Ponsul, na sua margem direita. Nasce na Serra da Gardunha, concelho do Fundão a uma altitude de 1200m. Esta ribeira tem um comprimento de 34,6Km e uma sinuosidade pouco acentuada. A sua maior extensão encontra-se a uma altitude inferior à média que é da ordem de 396m. Tal como a maioria dos cursos de água da região a Ribeira de Alpreade tem um caudal descontínuo. Dos vários afluentes apenas alguns da margem direita fazem parte do concelho, sendo as mais importantes as Ribeiras do Salgueirinho e do Vale do Freixo.

O Rio Ocreza é o segundo curso de água mais importante, depois do Rio Ponsul, embora tenha um caudal não permanente. Nasce na serra da Gardunha, a uma altitude da ordem de 1100m, e tem um comprimento de 82,2km, com alguns troços de sinuosidade acentuada. A sua maior extensão encontra-se abaixo da sua altitude média, que é da ordem dos 396m com 54,6% da área da sua bacia hidrográfica compreendida dentro dos limites do concelho; adquirindo assim particular importância no conjunto do sistema hídrico.

No rio Ocreza localiza-se o maior armazenamento hidráulico da superfície do concelho, a Barragem da Marateca. Na sua margem direita apresenta alguns afluentes particularmente importantes como sejam a Ribeira da Ribeirinha, na qual foi construída a Barragem do Pisco o Rio Tripeiro, que tem um caudal apreciável, embora seque no Verão nos sectores mais a jusante e, ainda, as Ribeiras do Alvito, das Teixugeiras, do Ovelheiros, do Gaviãozinho, do Freixial, de S. Domingos e do Vale do Grou.

A Ribeira do Alvito nasce na Serra do Muradal a uma altitude de cerca de 700 m e tem um comprimento de 28,7km. A sua maior extensão encontra-se abaixo da altitude média, da ordem dos 428m. Como principais afluentes, apenas alguns da margem esquerda pertencem ao concelho de Castelo Branco. São eles as Ribeiras do Ficalho, do Casal, do Vale do Coelho, e as das Fontainhas, Fonte Longa e Galvão.

O Rio Tripeiro nasce na Serra da Gardunha e faz a junção com o Ocreza junto a Taberna Seca. O seu percurso oscila entre a altitude mínima de 200m e a altitude máxima de 1000m, tendo como afluentes a Ribeira de Almaceda, a Ribeira da Magueija, a Ribeira do Seixo e a Ribeira do Vale do Santo. Possui um caudal apreciável e permanente nos sectores a montante.

A densa rede hidrográfica resulta das características do clima, as suas linhas de água caracterizam-se por uma descontinuidade de regime, apresentando a maioria delas um caudal nulo durante os meses de estio, facto este que apresenta consequências marcantes no equilíbrio dos ecossistemas e na manutenção da biodiversidade aí presente, com consequências negativas ao nível da DFCI.

Atendendo a este facto e como forma de colmatar os défices de água na rede hidrográfica durante o período de estio e a fraca produtividade dos aquíferos subterrâneos, foram construídas duas grandes barragens: Pisco e Santa Águeda, contribuindo favoravelmente na DFCI, de tal forma que a segunda permite o abastecimento de meios aéreos pesados de combate a incêndios.

Também os proprietários Agrícolas e florestais, as organizações de produtores assim como a própria autarquia procedem a manutenção e construção de pontos de água.

Associado aos cursos de água existe bastante vegetação contribuindo para aumentar a continuidade horizontal e vegetal dos combustíveis, que combinado com a sua ausência no verão pode potenciar a propagação dos incêndios.

Por outro lado a natureza não permanente da maioria dos cursos de água, leva a acumulação de detritos que associado com precipitação mais intensa provoca a sua obstrução, colocando em risco as margens e as infraestruturas.

No entanto estão a decorrer trabalhos de limpeza e desobstrução de algumas das margens dos principais cursos de água promovidos por associações florestais de juntas de freguesia, o que no curto prazo permitirá melhorar esta situação.

2 - Caracterização Climática

O clima em Castelo Branco é caracterizado pelas suas características francamente continentais, que resultam de forma conjugada, do efeito das formas de relevo, que impedem ou facilitam a circulação de massas de ar cujas características se modificam ao longo do seu trajeto, e da continentalidade que imprime ao clima um forte gradiente W-E

O afastamento do oceano provoca que o concelho de Castelo Branco, mostre contrastes tanto mais fortes quanto mais se caminhe para Este. As chuvas concentram-se e a estiagem aumenta, em secura e em calor.

A temperatura e a humidade relativa do ar bem assim como o vento são os principais componentes do clima que interferem nos incêndios florestais:

2.1 - Temperatura

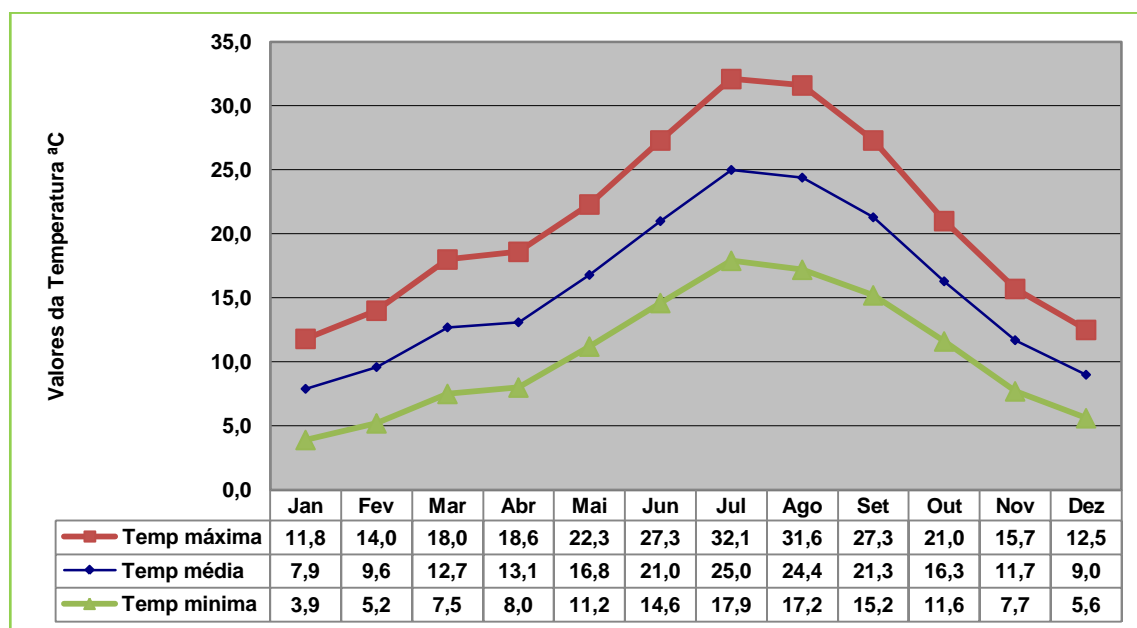
A temperatura do ar é um fatores climáticos mais determinante ao nível da DFCI, dele dependendo, a severidade de um incendio, uma vez que quando se atingem valores muito elevados por períodos muito longos verifica-se uma grande diminuição da humidade do ar e dos combustíveis.

Pela análise do gráfico da figura 1 verifica-se que o valor mais elevado da temperatura máxima ocorreu no mês de Julho com 32,1 ° C e o mais baixo no mês de Janeiro com 11,8° C.

Relativamente á temperatura média mais elevada ocorreu em Julho com 25,0 ° C e a mais baixa em Janeiro com 7,9° C.

De referir, que os meses correspondentes de acordo com a legislação em vigor ao período crítico de incêndios florestais apresentam a temperatura máxima acima de 27,0 ° C, e a média acima de 21° C, com uma reduzida amplitude térmica.

Conclui-se assim que o mês mais quente e o de Julho e o mais frio o de Janeiro.



Fonte: IM, normais climatológicas para Castelo Branco. 1971-2000

Figura 1 - Gráfico Media das temperaturas máxima, mínimas e médias diárias no período 1971-2000

A severidade de um fogo depende fortemente das distribuições sazonais da temperatura, uma vez que quando se atingem valores muito elevados por períodos muito longos verifica-se um forte grau de secura dos combustíveis florestais.

2.2 – Humidade relativa

A humidade pode caracterizar-se como o vapor de água existente na atmosfera, considerando-se como outro dos parâmetros meteorológicos com influência marcante na DFCI.

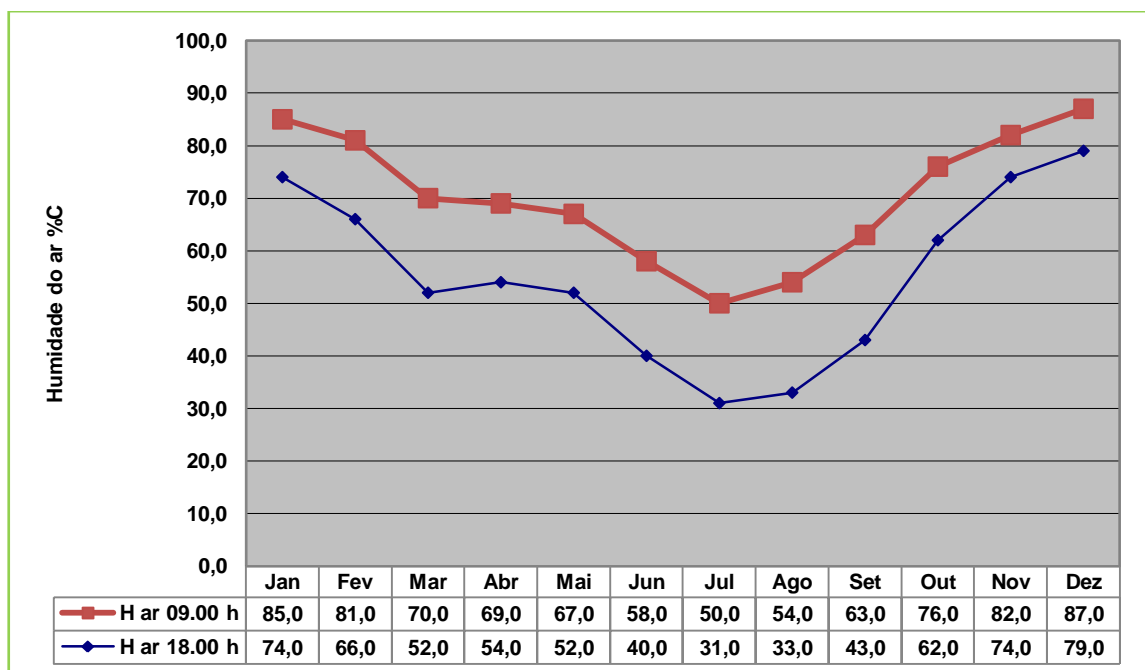
À semelhança da temperatura, a presença de humidade relaciona-se com uma maior ou menos apetência para a eclosão de incêndios florestais, já que constitui um regulador da temperatura do ar, formando o componente da atmosfera que mais absorve a energia solar além de contribuir para o grau de precipitação que ocorre na Terra.

A humidade atmosférica assume-se então como um importante fator do fenómeno de evapotranspiração, com influência direta no coberto arbóreo e arbustivo presente numa região e conseqüentemente com a propagação de incêndios florestais.

Existe uma troca contínua de vapor de água entre a atmosfera e os combustíveis florestais. O material seco absorve água de um ambiente húmido e liberta vapor de água quando o ar

está seco. Durante os períodos extremamente secos, a baixa humidade pode inclusive afetar o conteúdo de humidade do material verde.

Relativamente ao Concelho de Castelo Branco, e de acordo com a Normal Climatológica de 1971-2000, verifica-se pela análise da figura 2 que o valor máximo da humidade do ar verifica-se em Dezembro com 87,00 % as 09.00 h, e o mínimo ocorre em Agosto as 18.00h com 31%, seguido de Julho com 33,00%.



Fonte: IM, normais climatológicas para Castelo Branco. 1971-2000

Figura 2 - Gráfico dos valores da humidade do ar às 09.00h e às 18.00 h

A humidade varia inversamente à temperatura do ar. Existe uma troca contínua de vapor de água entre a atmosfera e os combustíveis.

A humidade relativa do ar é um elemento preponderante na determinação do grau de dificuldade no combate ao incêndio florestal, sendo frequentemente referido a dificuldade de combater os incêndios florestais com humidade relativa inferior a 30%.

Atendendo ao comportamento dos valores da temperatura do ar durante o dia, o combate aos incêndios deve ser intensificado durante a madrugada e as primeiras horas da manhã, altura em que as temperaturas são mais baixas e a humidade do ar mais elevada.

Em locais onde as exposições são viradas a Sul, os combustíveis atingem baixo teor de humidade o que, poderá criar condições propícias à deflagração de incêndios.

Tal como referido, quanto maior for a temperatura do ar menor é a sua capacidade de conter a humidade, o que vem dificultar, por um lado, o combate aos incêndios florestais e proporcionar, por outro, condições ótimas à sua propagação durante o dia.

2.3 - Precipitação

A Precipitação que atinge a terra deriva da ascensão de massas de ar em expansão e arrefecimento, com dependência direta dos fatores orográficos ou perturbações atmosféricas, influenciando marcadamente na DFCI.

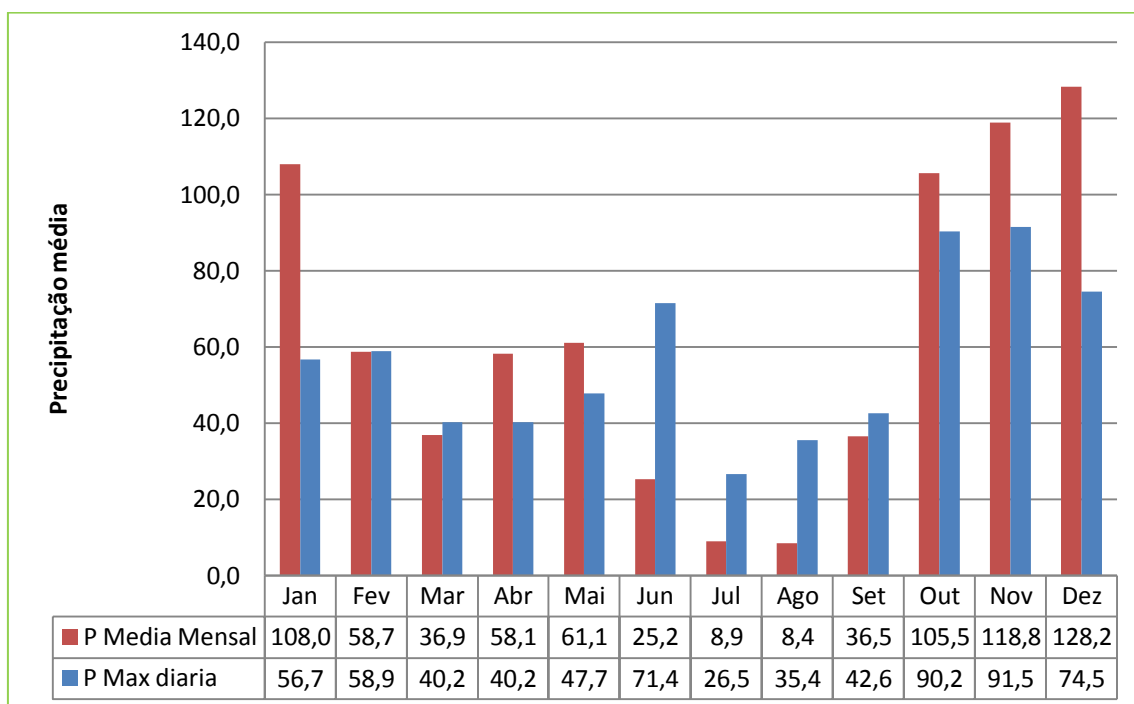
A precipitação, o tipo de sistema de drenagem e a humidade do solo são fatores que condicionam o tipo de vegetação que pode ocorrer num determinado local.

As características com maior relevo num regime pluviométrico regional são:

- Precipitação Média Anual;
- Número médio de dias com precipitação;
- Distribuição Sazonal da precipitação;
- Probabilidade de dia chuvoso;
- Variabilidade do regime pluviométrico.

Pela análise da figura 3 verifica-se que:

- ✓ - A precipitação anual média acumulada corresponde ao valor de 754,3 mm.
- ✓ - O mês onde ocorreu maior precipitação foi Dezembro com 128,2 mm seguido de Novembro com 118,8 mm.
- ✓ - A menor precipitação corresponde ao mês de Agosto seguido de julho com 8,4 e 8,9 mm respetivamente.



Fonte: IM, normais climatológicas para Castelo Branco. 1971-2000

Figura 3 - Gráfico da média dos valores da precipitação e precipitação máxima diária

Uma característica regional importante é a ocorrência episódica de chuvadas fortes, contrastando com um total pluviométrico bastante moderado.

A tabela 4 permite verificar que a precipitação máxima diária no período 1971-2000 ocorreu em 14 de Outubro de 1998 com 90,2 mm.

Tabela 4 Valores máximos diários de precipitação

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
56,7	58,9	40,2	40,2	47,7	71,4	26,5	35,4	42,6	90,2	91,5	74,5
15/1996	13/1995	06/1991	07/1987	17/1996	01/1998	16/1997	25/1997	16/1986	14/1998	08/1990	07/2000

Fonte: IM, normais climatológicas para Castelo Branco. 1971-2000

No período crítico, ocorreram máximos de 35,4 mm em 25 de Agosto de 1997 e de 26,5 mm em 16 de Julho de 1997 e 42,6 mm em 16 de Setembro de 1986.

Em termos de DFCI, a distribuição sazonal da precipitação assume maior importância, nomeadamente no período crítico de incêndios florestais, através da manutenção da humidade do ar e dos combustíveis florestais.

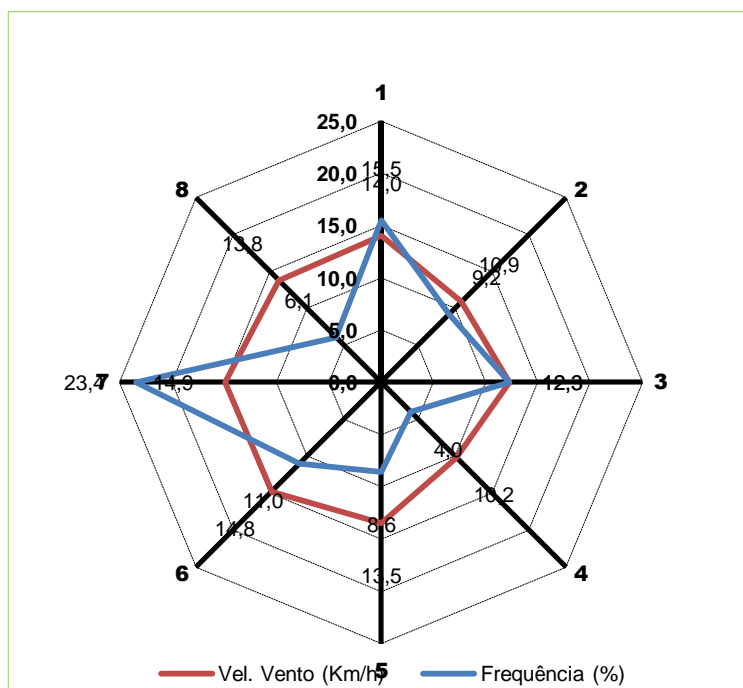
A precipitação condiciona de forma acentuada a DFCI devido ao seu efeito sobre os combustíveis.

Associada com elevada precipitação existe o aumento de biomassa florestal, aumentando significativamente a continuidade horizontal e vertical dos combustíveis.

2.4 - Vento

O vento é considerado como um dos fatores meteorológicos mais influentes na DFCI, nomeadamente em situações de propagação de incêndio, dados que podem conduzir a um comportamento imprevisível.

O vento é o elemento meteorológico que, para além de ser o mais variável e menos previsível, mais afeta o comportamento do fogo.



Fonte: IM, normais climatológicas para Castelo Branco. 1971-2000

Figura 4- Gráfico Velocidade e frequência do vento

Para os meses mais críticos do ponto de vista da ocorrência de incêndios florestais, respetivamente, Junho, Julho, Agosto e Setembro, a orientação dominante corresponde ao quadrante Sudoeste (W).

Para os restantes meses, temos os ventos de maior velocidade soprando de Sudoeste no mês de Março, não existindo no entanto diferenças consideráveis.

Tem um papel importante também por ser responsável pela dessecação dos combustíveis, levando a que, ainda que as temperaturas não sejam elevadas e os níveis de humidade relativa do ar sejam moderados, os combustíveis possam apresentar baixos teores em humidade, visto que o ar em movimento junto à parte aérea das plantas promove a evaporação da água nos tecidos das mesmas.

Tabela 5- Velocidade e frequência do vento

Rumos	Frequência (%)	Vel. Vento (Km/h)
N	15,5	14,0
NE	9,2	10,9
E	12,3	12,3
SE	4,0	10,2
S	8,6	13,5
SW	11,0	14,8
W	23,4	14,9
NW	6,1	13,8

Fonte: IM, normais climatológicas para Castelo Branco. 1971-2000

De forma genérica, o vento condiciona a forma de propagação de um incêndio, que por exemplo, em condições de fraca ocorrência de vento, progride no sentido descendente de uma encosta, e na presença de ventos superficiais, verifica-se exatamente o oposto.

3 - Caracterização da População

3.1 – População residente por Censo e Freguesia (1991/2001/2011) e densidade populacional (2011)

A evolução da atual sociedade originou, entre outros aspetos, a um acentuado fluxo migratório das zonas rurais para zonas urbanas, com consequências diretas no abandono do meio rural e na maior suscetibilidade desses espaços à ocorrência e propagação de incêndios, não só pelas lacunas evidentes ao nível da silvicultura preventiva e ação de maneio / gestão, como da própria vigilância, feita em tempos mais remotos, pelos seus mais diretos utilizadores.

A tabela 6 e o gráfico da figura 5 refletem a evolução populacional nas ultimas 3 décadas. Estes mesmos valores podem ainda ser visualizados no mapa 6 do anexo I.

Tabela 6 - População residente por Censo e Freguesia (1991/2001/2011) e densidade populacional (2011)

Freguesias	Anos			Variação			Densidade Poluciona I
	1991	2001	2011	1991- 2011	2001- 2011	% (2001- 2011)	Hab/km2
Alcains	4202	4929	5022	820	93	1,89	135,73
Almaceda	1421	943	677	-744	-266	-28,21	9,27
Benquerenças	1260	725	720	-540	-5	-0,69	11,61
Cafede	376	289	263	-113	-26	-9,00	16,44
Castelo Branco	23570	31240	35242	11672	4002	12,81	207,31
Cebolais de Cima	1745	1290	1026	-719	-264	-20,47	78,92
Escalos de Baixo	1084	946	746	-338	-200	-21,14	15,87
Escalos de Cima	1211	1110	938	-273	-172	-15,50	58,63

Freguesias	Anos			Variação			Densidade Poluciona I Hab/km2
	1991	2001	2011	1991- 2011	2001- 2011	% (2001- 2011)	
Freixial do Campo	661	537	468	-193	-69	-12,85	24,63
Juncal do Campo	744	500	355	-389	-145	-29,00	16,14
Lardosa	1172	1044	961	-211	-83	-7,95	21,36
Louriçal do Campo	1138	805	636	-502	-169	-20,99	28,91
Lousa	932	752	621	-311	-131	-17,42	17,25
Malpica do Tejo	1293	758	517	-776	-241	-31,79	2,10
Mata	681	590	470	-211	-120	-20,34	19,58
Monforte da Beira	945	506	378	-567	-128	-25,30	3,15
Ninho do Açor	596	473	380	-216	-93	-19,66	31,67
Póvoa de Rio de Moinhos	851	685	663	-188	-22	-3,21	25,50
Retaxo	1145	1047	843	-302	-204	-19,48	70,25
Salgueiro do Campo	1169	965	891	-278	-74	-7,67	29,70
Santo André das Tojeiras	1820	1033	747	-1073	-286	-27,69	9,96
São Vicente da Beira	2265	1597	1259	-1006	-338	-21,16	12,47
Sarzedas	2967	1738	1335	-1632	-403	-23,19	7,72
Sobral do Campo	786	516	366	-420	-150	-29,07	11,81
Tinalhas	874	690	585	-289	-105	-15,22	36,56
	1981	55708	56109		401	0,72	

Fonte: INE, 2012

Todas as freguesias tiveram no período considerado perda de população com exceção de Castelo Branco e Alcains em que ocorreu crescimento.

A Freguesia que apresenta maior número de habitantes é a de Castelo Branco com 35.242 e a menor Cafede com 263.

A freguesia de Castelo Branco é, muito claramente, aquela que mais se destaca quer nos planos do crescimento relativo mais 12,81%, quer do crescimento absoluto mais 4002 habitantes seguida de Alcains com um crescimento relativo 1,89%, quer do crescimento absoluto 93 habitantes.

De uma forma geral todas as Freguesias com cariz mais rural perderam em valores relativos população acima de 12,83%, com destaque para Malpica do Tejo com 31,79%.

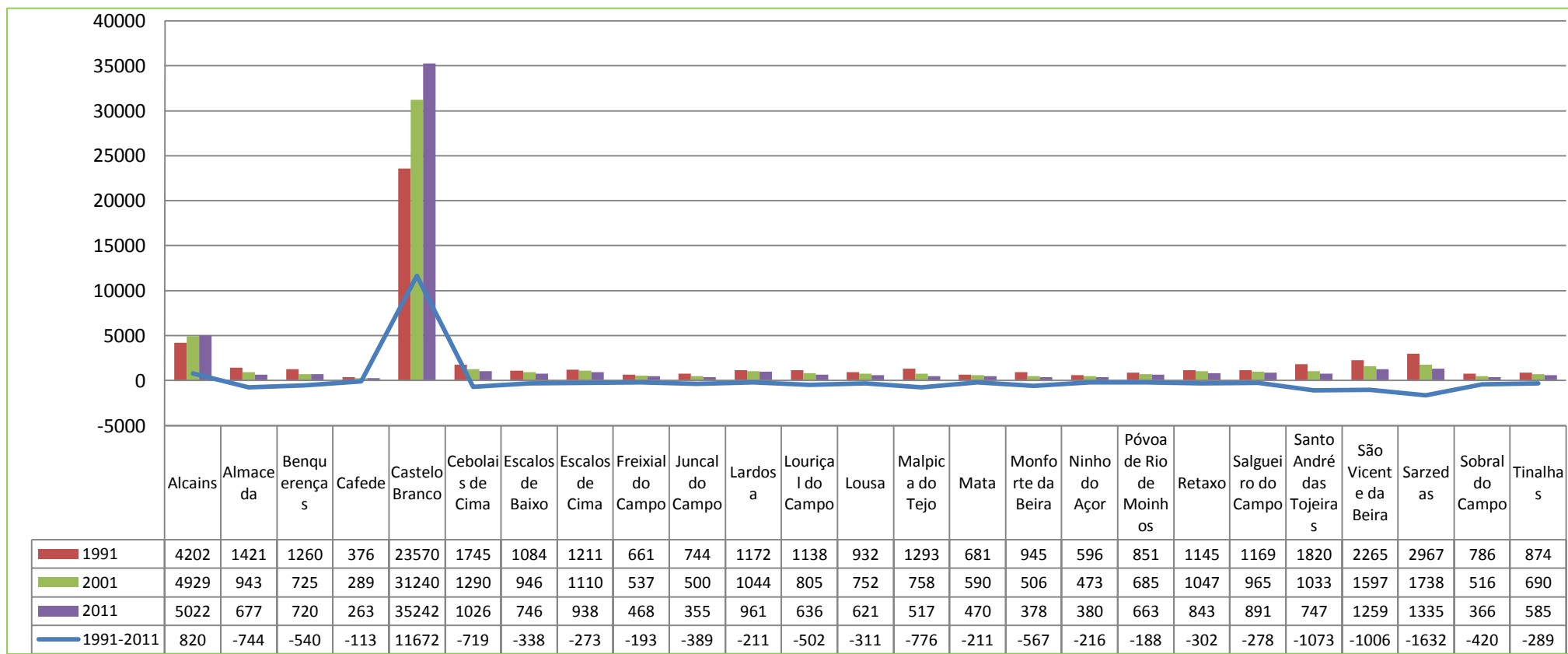
Do ponto de vista da estrutura de povoamento, o concelho de Castelo Branco é marcado por uma dicotomia fundamental que opõe as parcelas ocidental e oriental do seu território e que, na génese, se encontra vinculada à estrutura de propriedade dominante.

Esquemáticamente, esta oposição pode ser descrita através da predominância do povoamento concentrado num reduzido número de lugares relativamente distantes entre si na parcela oriental do concelho, por um lado, e, por outro, do povoamento mais difuso da parcela ocidental, apoiado em aglomerados de reduzida dimensão dotados de grande proximidade entre si.

Tais pressupostos são passíveis de confirmação, se analisarmos os dados relativos à densidade populacional, em que se registam densidades inferiores a 40 habitantes por Km², em cerca de 80% da área do concelho.

Apenas nas freguesias de Cebolais de Cima e Retaxo com 78,92 e 70,25 hab/Km², e Castelo Branco e Alcains com 207,31 e 135,73 hab/Km² os valores diferem do já referido.

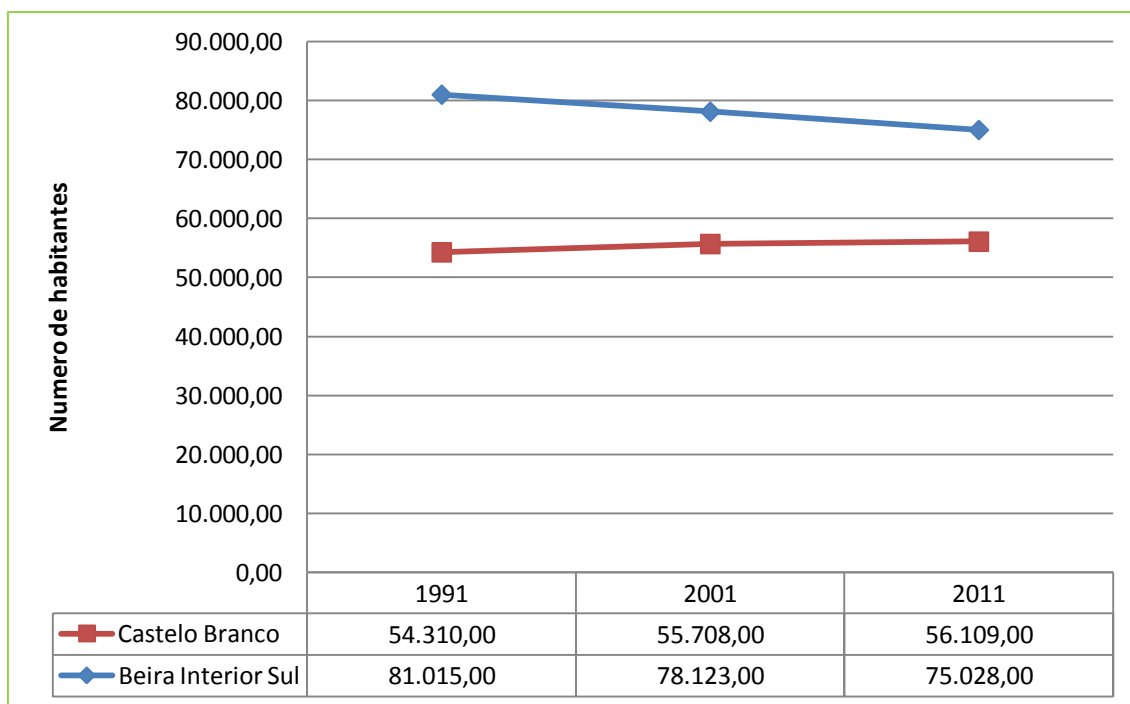
Com menor densidade habitacional surge Malpica do tejo com 2,10 hab/Km².



Fonte:INE,2012

Figura 5 Gráfico da População residente em 1991, 2001 e 2011 e sua evolução

Pela figura 6 verifica-se que relativamente à região da Beira Interior Sul, Castelo Branco aumentou a população.



Fonte;INE, 2012

Figura 6 - Evolução da População residente em Castelo Branco e na Beira Interior Sul

Este facto origina, tal como anteriormente citado, uma escassez populacional nas zonas rurais, faltando mão-de-obra para a realização de trabalhos florestais, essenciais na DFCI, originado a diminuição da área de terreno gerido, tendo como consequência o aumento de áreas florestais em que existe uma maior continuidade horizontal e vertical dos combustíveis.

3.2 – Índice de Envelhecimento (1991/2001/2011) e sua evolução (1991-2011)

O Concelho de Castelo Branco, à semelhança da maior parte dos concelhos do interior do país, integra um significativo índice de envelhecimento da sua população.

Tabela 7 – Índice de Envelhecimento (1991/2001/2011) e sua evolução (1991-2011)

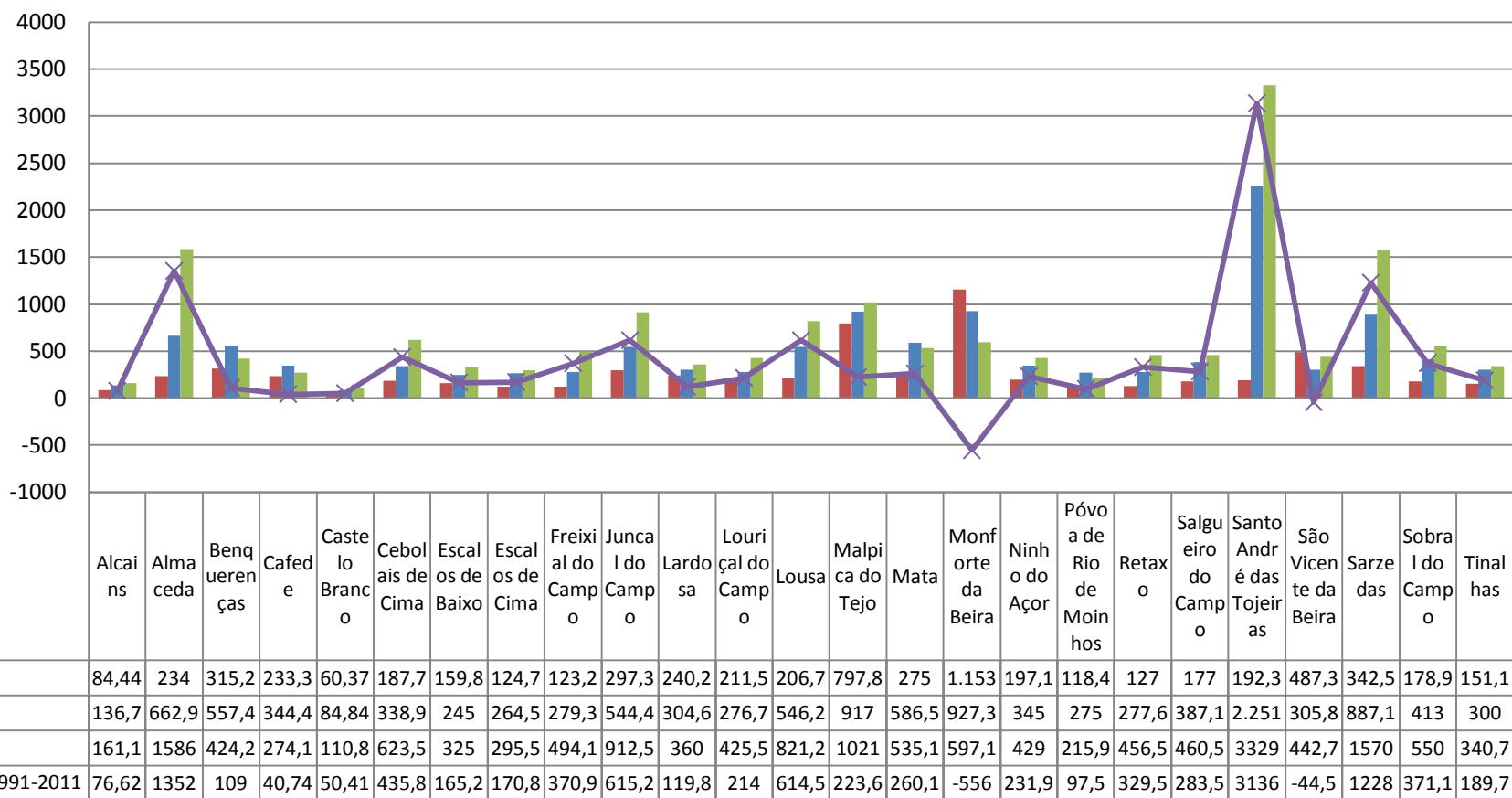
Freguesias	Anos			Variação 1991-2011
	1991	2001	2011	
Alcains	84,44	136,72	161,06	76,62
Almaceda	233,99	662,90	1586,36	1352,37
Benquerenças	315,24	557,45	424,24	109
Cafede	233,33	344,44	274,07	40,74
Castelo Branco	60,37	84,84	110,78	50,41
Cebolais de Cima	187,71	338,94	623,53	435,82
Escalos de Baixo	159,76	244,95	325,00	165,24
Escalos de Cima	124,74	264,49	295,51	170,77
Freixial do Campo	123,23	279,25	494,12	370,89
Juncal do Campo	297,26	544,44	912,50	615,24
Lardosa	240,19	304,63	360,00	119,81
Louriçal do Campo	211,48	276,70	425,45	213,97
Lousa	206,67	546,15	821,21	614,54
Malpica do Tejo	797,83	917,02	1021,43	223,6
Mata	275,00	586,49	535,14	260,14
Monforte da Beira	1.153,13	927,27	597,14	-555,99
Ninho do Açor	197,10	345,00	429,03	231,93
Póvoa de Rio de Moinhos	118,35	275,00	215,85	97,5
Retaxo	126,98	277,55	456,45	329,47

Freguesias	Anos			Variação 1991-2011
	1991	2001	2011	
Salgueiro do Campo	177,03	387,06	460,53	283,5
Santo André das Tojeiras	192,25	2.251,85	3328,57	3136,32
São Vicente da Beira	487,27	305,75	442,73	-44,54
Sarzedas	342,48	887,10	1570,21	1227,73
Sobral do Campo	178,89	413,04	550,00	371,11
Tinalhas	151,09	300,00	340,74	189,65

Fonte: INE, 2012

Da análise dos valores da tabela 7 e do gráfico da figura 7, podemos ainda referir que o índice de envelhecimento tem vindo a progredir desde 1991 até à presente data, sendo que a menor progressão ocorre nas duas freguesias com maior densidade populacional, Castelo Branco e Alcains. O mapa 7 do anexo I reflete esta informação.

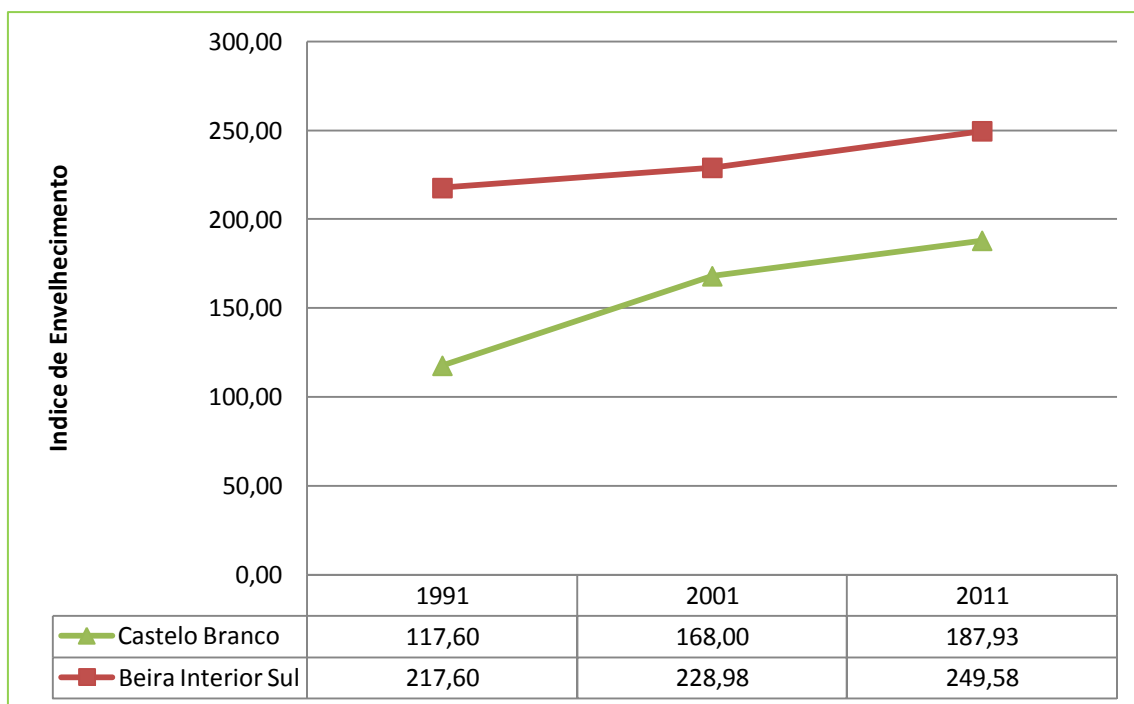
Estes factos têm associadas diversas repercussões, entre as quais se destaca o aumento do absentismo com a conseqüente diminuição da vigilância e deteção precoce, retardando assim a eficácia da primeira intervenção, fundamental numa estratégia de defesa da floresta contra incêndios.



FONTE:INE, 2012

Figura 7 Gráfico da Evolução do Índice de Envelhecimento

O índice de envelhecimento é mais notório nas freguesias mais rurais, com destaque para Santo André das Tojeiras onde a variação é maior.



Fonte: INE, 2012

Figura 8 Gráfico comparativo do envelhecimento do concelho com a região da Beira Interior Sul

O gráfico da figura 8 representa o índice de envelhecimento da região da Beira Interior Sul e do concelho. Neste caso verifica-se que à semelhança da beira interior sul também no concelho o índice de envelhecimento tem vindo a crescer.

De forma genérica, o índice de envelhecimento de uma população origina um acentuado abandono das áreas florestais, com o consequente aumento da continuidade de combustíveis e logo uma maior apetência desses espaços para a propagação de incêndios florestais.

3.3 – População por setor de atividade em 2011

Analisando os dados constantes da tabela 8 ou o mapa numero 8 do anexo I, relativos aos sectores de atividade do concelho de Castelo Branco, podemos verificar que o sector terciário predomina em quase todas as freguesias.

Tabela 8- População por setor de atividade (%) em 2011 no concelho de Castelo Branco

Freguesias	2011		
	Setor Primário	Setor Secundário	Setor Terciário
Alcains	2,45	39,83	57,72
Almaceda	8,06	29,84	62,10
Benquerenças	1,84	23,50	74,65
Cafede	3,26	32,61	64,13
Castelo Branco	1,53	19,91	78,55
Cebolais de Cima	1,29	31,83	66,88
Escalos de Baixo	5,02	34,77	60,22
Escalos de Cima	4,35	43,48	52,17
Freixial do Campo	0,64	42,68	56,69
Juncal do Campo	1,82	45,45	52,73
Lardosa	5,92	35,20	58,88
Louriçal do Campo	9,25	27,75	63,01
Lousa	9,41	44,12	46,47
Malpica do Tejo	31,82	18,18	50,00
Mata	9,73	30,97	59,29
Monforte da Beira	23,81	26,19	50,00

Freguesias	2011		
	Setor Primário	Setor Secundário	Setor Terciário
Ninho do Açor	7,26	44,35	48,39
Póvoa de Rio de Moinhos	5,56	30,37	64,07
Retaxo	1,22	26,83	71,95
Salgueiro do Campo	1,43	30,00	68,57
Santo André das Tojeiras	5,79	23,97	70,25
São Vicente da Beira	6,98	45,06	47,97
Sarzedas	12,94	37,06	50,00
Sobral do Campo	10,53	40,00	49,47
Tinalhas	1,38	49,77	48,85

Fonte: INE, 2012

Em segundo lugar surge o setor secundário como o mais representativo em quase todas a freguesias. Apenas na freguesia Tinalhas o sector secundário (49,77%) tem uma maior representatividade que o setor terciário (48,85%).

O setor primário surge com valores muito residuais, destacando-se nas freguesias de Malpica do Tejo com 31,86 % onde suplanta o setor secundário com que tem um valor de 18,18% e as freguesias de Monforte da beira e Sarzedas em que os valores são mais elevados que no restante concelho.

Pela análise da tabela 9 não se encontram diferenças significativas na representatividade dos diferentes setores de atividade entre o concelho e a região da Beira Interior.

Tabela 9 População por setor de atividade em 2001 e 2011 em Castelo Branco e na Beira Interior Sul

	2001			2011		
	Setor Primário	Setor Secundário	Setor Terciário	Setor Primário	Setor Secundário	Setor Terciário
Beira Interior Sul	9,20	31,70	59,20	4,39	24,52	71,09
Castelo Branco	5,30	33,40	61,30	2,51	24,82	72,68

Fonte: INE, 2012

No entanto entre 2001 e 2011 ocorreu um decréscimo significativo dos setores primário e secundário o que se repercutiu no aumento do setor terciário.

Nesta perspetiva podemos referir que os dados acima referenciados assumem repercussões significativas na Defesa da Floresta contra Incêndios, já que a diminuição das atividades rurais tradicionais, assim como as atividades ligadas a agricultura e floresta, onde se incluem as ações de gestão florestal e ainda a recolha de matos e carumas para as atividades agrícolas de subsistência, contribuem decisivamente para o incremento de uma realidade física propícia à propagação de incêndios.

3.4 – Taxa de analfabetismo (1991/2001/2011)

Pela análise da tabela 10 e do gráfico da figura 9, assim como do mapa 9, verifica-se que de forma geral o analfabetismo diminui no concelho de Castelo Branco.

Esta variação foi mais elevada em Alcains onde ocorreu uma diminuição de 43,68%.

Por outro lado ocorreu crescimento nas Freguesias de Sarzedas, São vicente da Beira, Monforte da Beira, com 13,72, 12,27 8,19%, respetivamente, que são também aquelas em que o setor primário tem valores mais elevados.

Tabela 10 Taxa de analfabetismo (1991/2001/2011) e sua variação

Freguesias	Taxa de analfabetismo			Variação
	1991	2001	2011	1991-2011
Alcains	49,15	40,12	5,47	-43,68
Almaceda	26,03	25,61	19,46	-6,57
Benquerenças	23,08	18,87	9,73	-13,35
Cafede	9,81	10,08	16,60	6,79
Castelo Branco	25,85	20,20	3,61	-22,24
Cebolais de Cima	6,08	5,73	6,82	0,74
Escalos de Baixo	22,21	18,01	13,85	-8,36
Escalos de Cima	27,29	17,55	9,79	-17,5
Freixial do Campo	21,15	17,76	11,58	-9,57
Juncal do Campo	20,42	15,03	10,09	-10,33
Lardosa	42,56	30,09	11,81	-30,75
Louriçal do Campo	26,56	20,09	11,11	-15,45
Lousa	19,05	19,15	13,09	-5,96
Malpica do Tejo	20,75	16,20	27,40	6,65
Mata	47,84	35,88	18,83	-29,01
Monforte da Beira	18,42	14,14	26,61	8,19
Ninho do Açor	18,17	13,63	11,02	-7,15
Póvoa de Rio de Moinhos	24,09	19,42	9,74	-14,35
Retaxo	34,35	25,93	7,06	-27,29

Freguesias	Taxa de analfabetismo			Varição
	1991	2001	2011	1991-2011
Salgueiro do Campo	33,63	32,13	15,84	-17,79
Santo André das Tojeiras	41,38	38,14	9,83	-31,55
São Vicente da Beira	12,36	11,94	24,63	12,27
Sarzedas	10,96	9,11	24,68	13,72
Sobral do Campo	26,87	25,58	18,47	-8,4
Tinalhas	20,85	15,23	8,18	-12,67

Fonte: INE, 2012

Relativamente a região em que se insere o município apresenta uma variação positiva de 3,12% (ver tabela 11)

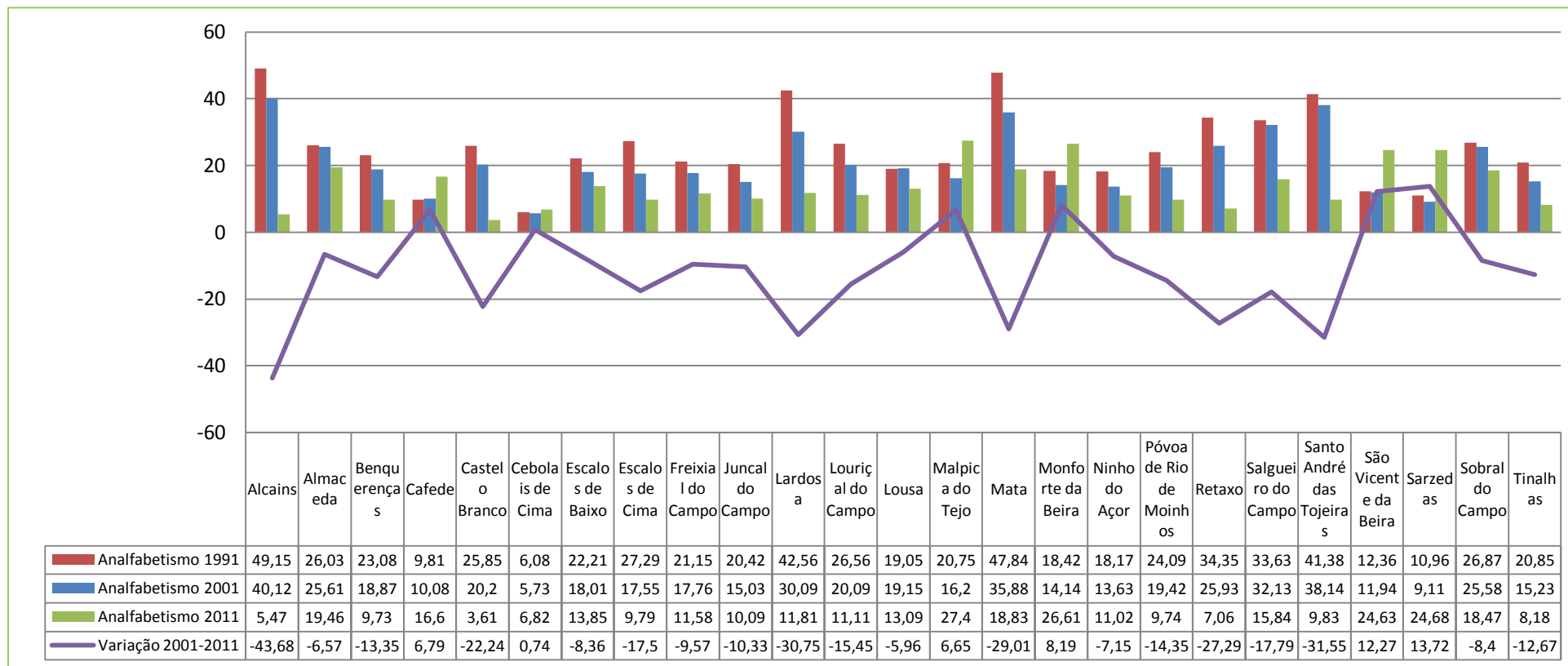
Tabela 11 Taxa de analfabetismo em Castelo Branco e na Beira Interior Sul em 2011

	Taxa de analfabetismo	2011
Beira Interior Sul		10,07
Castelo Branco		6,95

Fonte: INE, 2012

A existência de elevadas taxas de analfabetismo tem como consequência uma dificuldade acrescida em inculcar na população mudança de atitude relativamente a comportamentos de risco e à necessidade de implementação de medidas de defesa da floresta contra incêndios.

Também aqui existe uma dificuldade maior na obtenção de resultados das diversas ações e campanhas de sensibilização sobre defesa da floresta contra incêndios.



Fonte: INE, 2012

Figura 9 Gráfico da Evolução da taxa de analfabetismo entre 1991 e 2011

3.5 – Romarias e Festas

Apesar de já não haver lançamento de foguetes ou fogo-de-artifício durante o período crítico de incêndios, em espaço rural o que representava um importante fator de risco de incêndios durante grande parte do ano, há nestes dias grande concentração de pessoas e viaturas nos locais e aldeias onde se realizam festas e que pode representar congestionamento em situações de emergência e que seja necessário deslocar meios para o local.

Neste sentido é importante conhecer as datas em que se realizam romarias e festas no concelho de Castelo Branco.

Na tabela 12 e no mapa 10 do anexo I está representada esta informação.

Tabela 12 – Festas e romarias do concelho de Castelo Branco

	Freguesia	Lugar
Alcains	Alcains	- Festa de Santa Apolónia
	Alcains Gare	
Almaceda	Almaceda	- 20 Janeiro – (S. Sebastião) - 1 Semana após a Páscoa – (Sto. António) - 7 Semanas após a Páscoa – (Espírito Santo) - 2º Domingo depois da Páscoa- (Nossa Sr.ª da Saúde) - Segunda-feira de Pentecoste- (Senhora da Graça)
	Ingarnal	- 1º Domingo de Agosto – (Convívio anual)
	Martim Branco	
	Padrão	- 15 Dias após a Páscoa – (Sr.ª da Saúde)
	Paiágua	- 1º Domingo de setembro – (Sr.ª das Dores)
	Ribeira de Eiras	- 1 Janeiro – (Anjo da Guarda) - 2º Fim-de-semana de Maio – (Sr.ª da Guia)
	Rochas de Baixo	- Fim-de-semana de Páscoa –(Sr.ª dos Aflitos) - 3º Fim-de-semana de agosto – (S. Salvador)

		- Natal – (St.º Estevão)	
	Rochas de Cima	- Carnaval – (Sr.ª de Lourdes)	
		- 1º Domingo de agosto – (S. Pedro)	
Sarzedas	Rapoula	- 4º Fim-de-semana de Janeiro - 3º Fim-de-semana de Julho	
	São Domingos	- 1º Fim-de-semana de Maio	
	Malhada do Servo	- 4 Fim-de-semana de Janeiro	
	Sesmo	- 2 Fim-de-semana de Agosto	
	Sarzedas	- 3º Fim-de-semana de Agosto - 13 Junho- (Santo António) - 29 Junho- (São Pedro) - 23 Janeiro- (São Sebastião)	
	Lisga	- 3 Fim-de-semana de Agosto	
	Sarrasqueira	- Fim-de-semana da Páscoa	
	Sobrainho	- Fim-de-semana da Páscoa	
	Grade	- 3ºFim-de-semana de Janeiro - 3ºFim-de-semana Setembro	
	Pousafoles	- 3ºFim-de-semana de Janeiro - 3ºFim-de-semana de Setembro	
	V. Ferradas	- 3ºFim-de-semana de Janeiro - 3ºFim-de-semana de Setembro	
	Cabeço do Infante	- Junho (+- 25)	
	Azenha	- Fim-de-semana da Páscoa - Outubro	
	Pé da Serra	- Fim-de-semana da Páscoa - Outubro	
	Pisão	- Junho	
	Pomar	- Fim-de-semana da Páscoa - 2 Fim-de-semana de Julho	
	São Vicente da Beira	Casal da Serra	- 3ºdomingo de Agosto- (Sto. António)
		Casal da Fraga	- 3ºsemanas depois da Páscoa- (Sta. Bárbara)

	Mourela	- 1º ou 2º Domingo de Agosto- (N Sra. De Fátima Sto. António)	
	Pereiros	- 2º Fim-de-semana de Agosto- (S. Lourenço)	
	Partida	- 20 Janeiro- (S. Sebastião)	
		- 1 Maio- (S. Tiago)	
- 25 Julho- (S. Tiago)			
		- 2º Domingo de Agosto- (Sto. António e N. Sra. De Fátima)	
	Vale de Figueira	- 25 Julho- (Anjo da Guarda)	
	Violeiro	- Janeiro- (São Vicente)	
		- 2 Domingo de Agosto- (N. Sr.ª de Fátima)	
	São Vicente da Beira	- 4 Fim-de-semana de Maio- (Sra. Da Orada)	
		- 1 Fim-de-semana de Agosto (5 dias de 6 feira a3 feira)- (Sr.º Santo Cristo (festa de Verão))	
	Ferrarias	- 14 e 15 de Junho	
	Tojeiras	- 1 Fim-de-semana de Julho	
	Vale da Pereira	- 2 Fim-de-semana de Julho	
	Santo André das Tojeiras	Santo André das Tojeiras	- 1 Fim-de-semana de Agosto
			- 2º Domingo de Agosto- (Nossa Sr.ª da Saúde)
			- 3º ou 4º Domingo de Setembro- (Santo André)
			Ultimo domingo de Setembro- (Sagrado Coração de Jesus)
	- 25 Abril- (São Marcos)		
Fonte Longa	- 2º Fim-de-semana de Agosto		
Vale Chiqueiro	- 2º Fim-de-semana de Setembro		
Benquerenças	Benquerenças	- Sempre no ultimo Domingo de Agosto- (Nossa Sr.ª das Preces)	
	Castelo Branco	- 15 Dias depois da Páscoa-(Nossa Sr.ª de Mércos)	
		-3ª Terça-feira depois do domingo de Páscoa	
		- Madeiro (Nata)	
		- Procissão dos Passos	

Escalos de Baixo	Escalos de Baixo	- Domingo de Pascoela- (S. Luís)
		- Dia da Santíssima Trindade- (São Sebastião)
		- 2º Domingo de Setembro- (Coração de Jesus)
Escalos de Cima	Escalos de Cima	- 2º Domingo de Maio- (São Pedro)
		- 2º Domingo de Setembro- (São Sebastião)
União de Freguesias de Freixial do Campo E Juncal do Campo	Freixial do Campo	- Domingo Magro- (São Sebastião)
		- 3º Domingo depois da Páscoa- (Nossa Sr.ª de Lurdes)
	Juncal do Campo	- Domingo seguinte a 24 de Agosto- (São Bartolomeu)
		- Domingo mais próximo de 28 de Outubro- (São Simão)
Lardosa	Lardosa	- Num domingo de Junho- (Coração de Jesus)
		- Romaria da Sr.ª de Valverde
		- Segunda-feira do Espírito Santo- (Mártir de São Sebastião)
Louriçal do Campo	Louriçal do Campo	- 20 Janeiro- (São Sebastião)
		- 7ª Semana depois da Páscoa- (Espírito Santo)
		- 4º Domingo de Agosto- (São Fiel)
		- 8 Dezembro- (Nossa Sr.ª da Conceição)
Malpica do Tejo	Malpica do Tejo	- 4 Agosto- (São Domingos)
		- 5 Agosto- (Nossa Sr.ª das Neves)
Mata	Mata	- Segunda-feira de Pascoa- (São Pedro)
		- 2º Domingo de Agosto- (Santa Margarida)
		3º Domingo de Setembro- (São Sebastião)
Monforte da Beira	Monforte da Beira	- 15 Agosto- (Senhora da Ajuda)
União de Freguesias de Póvoa de Rio de Moinhos Caféde	Póvoa de Rio de Moinhos	- Segunda-feira de Pascoa- (Nossa Sr.ª da Encarnação)
		- 15 e 16 Agosto- (São Lourenço)
	Caféde	- 5º Domingo depois da Páscoa- (Nossa Sr.ª de Valverde)

União de Freguesias der Cebolais de Cima E Retaxo	Cebolais de Cima	- Domingo de Pascoela- (Nossa Sr. ^a dos Prazeres)
	Retaxo	- Domingo que segue a 15 Agosto- (Nossa Sr. ^a de Belém) - Domingo que se segue a 8 de Agosto- (Sr. ^a da Guia)
Salgueiro do Campo	Salgueiro do Campo	- 13 Maio- (Nossa Sr. ^a de Fátima)
		- 1º Domingo de Setembro- (São Pedro)
		- Penúltimo domingo de Agosto- (Nossa Sr. ^a do Bom Sucesso)
Sobral do Campo	Sobral do Campo	- 20 Janeiro- (São Sebastião)
		- 19 Março- (São José)
		- 5 Junho- (Coração de Jesus)
		- 8 Dezembro- (Imaculada Conceição)
		- 15 Dias depois da Páscoa- (Senhora da Saúde)
		- 4º Domingo de Setembro- (Santo António)
Tinalhas	Tinalhas	- 5 Janeiro- (Há que se Chá em honra dos 3 Reis Magos)
		- Páscoa- (Romaria da Rainha Santa Isabel)
		- 2º Domingo de Setembro- (Festas de Verão)
		- 1º Domingo de Outubro- (Nossa Sr. ^a do Rosário)

4 - Caracterização do Solo e Zonas Especiais

4.1 – Ocupação do solo

Para a elaboração da carta atual de uso e ocupação do solo do concelho de Castelo Branco (mapa 11), procedeu-se do seguinte modo: adotou-se a Carta de Ocupação do Solo (COS) do ex-CNIG (1995), designada por COS 90, fornecida pelo Instituto Geográfico Português, e procedeu-se à agregação da respetiva legenda e chave de fotointerpretação e

que já tinha sido usada no anterior PMDFCI e procedeu-se a sua atualização com sobreposição com informação orto referenciada de 2009.

Tabela 13- Ocupação do solo

Ocupação	Área total (ha)	Valor em %
Agrícola	54.896,36	38,17
Florestal	76.522,85	53,21
Improdutivo	905,54	0,63
Incultos	7.745,76	5,39
Social	2.028,47	1,41
Superf Agua	1.720,17	1,20
Total	143.819,15	

Pela análise da tabela 13 e do gráfico da figura 10, verifica-se que as áreas urbanas não têm grande expressão no conjunto dos usos e ocupações do solo do concelho (2028,04 ha) pois ocupam apenas 1,41% da sua superfície, o que confirma o peso, da ruralidade que, grosso modo, caracteriza o concelho de Castelo Branco.

As áreas florestais predominam no concelho de Castelo Branco, ocupando uma extensa área de aproximadamente 76.522,85 ha, metade da área total do concelho, a que corresponde a uma taxa de ocupação florestal na ordem dos 53,21%.

As superfícies com água que representam 1,20 % do território municipal referem-se essencialmente as área do Rio Tejo, Ponsul, Ocreza e Barragem de Santa Águeda.

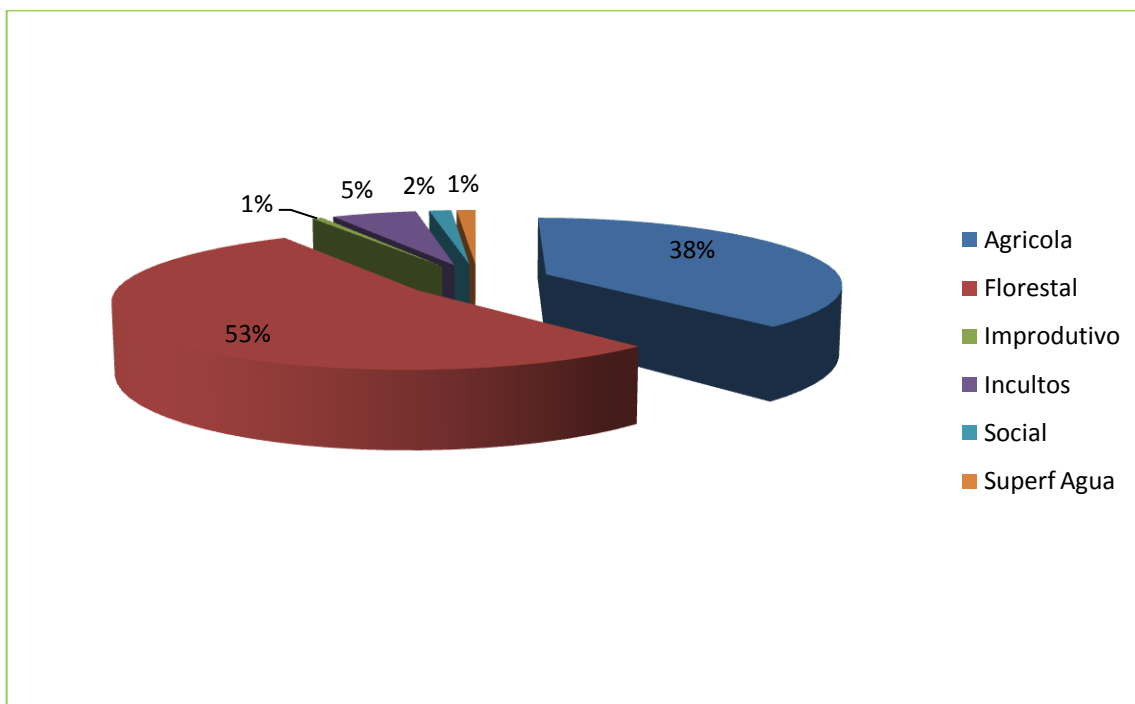


Figura 10 Gráfico da ocupação do solo

Na tabela 14 está discriminada a ocupação do solo por freguesia. Em todas as freguesias as ocupações florestal e agrícola são aquelas que ocupam a maior parte do território.

Tabela 14 Ocupação do solo por freguesia

OCUPAÇÃO DO SOLO POR FREGUESIA		
FREGUESIA	OCUPAÇÃO	ÁREA (HA)
Alcains	Agrícola	2.840,44
	Florestal	583,11
	Improdutivo	95,35
	Social	158,87
	Superfícies com Água	17,01
		3.694,47
Almaceda	Agrícola	1.746,93
	Florestal	5.405,32
	Improdutivo	10,11
	Social	56,91

OCUPAÇÃO DO SOLO POR FREGUESIA		
		7.219,27
Benquerenças	Agrícola	2.903,61
	Florestal	2.684,81
	Improdutivo	218,62
	Incultos	168,49
	Social	48,54
	Superfícies com Água	79,60
		6.103,14
Castelo Branco	Agrícola	6.879,98
	Florestal	2.866,93
	Improdutivo	297,72
	Incultos	5.959,21
	Social	856,06
	Superfícies com Água	166,28
		17.026,25
Lardosa	Agrícola	3.081,62
	Florestal	1.152,73
	Improdutivo	43,85
	Social	51,49
	Superfícies com Água	117,92
		4.447,61
Louriçal do Campo	Agrícola	1.500,11
	Florestal	545,65
	Improdutivo	27,20
	Social	19,65
	Superfícies com Água	138,04
		2.230,64
Malpica do Tejo	Agrícola	5.197,13
	Florestal	18.349,79
	Incultos	532,67
	Social	37,07
	Superfícies com Água	485,99
		24.602,65
Monforte da Beira	Agrícola	3.798,50
	Florestal	7.306,39
	Incultos	774,57
	Social	18,75
	Superfícies com Água	137,59

OCUPAÇÃO DO SOLO POR FREGUESIA		
	12.035,80	
Santo André das Tojeiras	Agrícola	2.455,64
	Florestal	4.879,22
	Social	122,05
	Superfícies com Água	30,50
		7.487,41
Sarzedas	Agrícola	3.980,81
	Florestal	12.717,78
	Improdutivo	8,18
	Incultos	310,82
	Social	122,06
	Superfícies com Água	65,24
	17.204,90	
Salgueiro do Campo	Superfícies com Água	1.204,78
	Florestal	1.739,74
	Social	40,91
	Superfícies com Água	48,49
	3.033,92	
São Vicente da Beira	Agrícola	2.552,91
	Florestal	7.239,16
	Improdutivo	113,77
	Social	59,48
	Superfícies com Água	30,39
	9.995,72	
Tinalhas	Agrícola	938,38
	Florestal	637,83
	Social	43,38
	1.619,59	
Rio de Moinhos e Caféde	Agrícola	2558,57
	Florestal	1238,16
	Improdutivo	6,71
	Social	36,17
	Superfície de Água	267,78
	4.107,25	
Cebolais de Cima e Retaxo	Agrícola	906,09
	Florestal	1423,92
	Improdutivo	32,29

OCUPAÇÃO DO SOLO POR FREGUESIA		
	Social	54,15
	Superfície de Água	2,88
		2.512,60
Escalos de Baixo e Mata	Agrícola	4945,56
	Florestal	1939
	Social	49,73
	Improdutivo	24,65
	Superfície de Água	49,96
		7.007,65
Escalos de Cima e Lousa	Agrícola	3.167,34
	Florestal	1.846,02
	Improdutivo	11,02
	Social	25,70
	Superfície com Água	51,36
		5.123,55
Freixial do Campo e Juncal do Campo	Agrícola	2482,78
	Florestal	1515,81
	Improdutivo	0,05

OCUPAÇÃO DO SOLO POR FREGUESIA		
	Social	48,4
	Superfície com Água	19,83
		4.066,75
Ninho de Açor e Sobral do Campo	Agrícola	1.755,22
	Florestal	2.451,47
	Improdutivo	16,03
	Social	62,9
	Superfície com Água	11,8
		4.296,92

Em termos de DFCI a existência de uma grande área florestal, torna-se um problema acrescido ao nível de planeamento e gestão do espaço rural potenciando o perigo de propagação de incêndio.

Tratando-se de um concelho maioritariamente florestal / rural, terá que haver um trabalho acrescido no âmbito do planeamento, da gestão e intervenção para a salvaguarda destes espaços.

4.2 – Povoamentos florestais

Da análise efetuada à carta de povoamentos florestais do concelho de Castelo Branco (mapa 12) da tabela 15 e gráfico da figura 11 podemos concluir que da sua mancha florestal fazem parte Pinhais, Eucaliptais, Montados de Sobro e Azinho e áreas com outras

folhosas nas quais estão incluídas as espécies ripícolas (salgueiros, amieiros, freixos), sendo que a sua maior representatividade assenta em áreas com Pinheiro, atingindo cerca de 43,91 % das áreas florestais.

Tabela 15 – Área ocupada pelas principais espécies florestais

Espécie	Área (ha)	Valor %
Azinheira	1.2146,49	15,87
Carvalho	14.72,548	1,92
Eucalipto	1.9598,76	25,61
Outras folhosas	284,3804	0,37
Pinheiro	33.600,6	43,91
Sobreiro	9.419,537	12,31

Em termos geográficos, o Oeste do concelho apresenta predomínio de resinosas, contrariamente à zona Este, onde ocorrem maioritariamente folhosas.

Na zona de transição, ocorre uma consociação de todas as espécies presentes no concelho.

As resinosas predominam com cerca de 43,91%, seguindo-se-lhes os eucaliptos (25,61%).

A área ocupada por azinheira e sobreiro é também significativa (15,87 e 12,31 %, respetivamente).

A tabela 16 mostra a distribuição das espécies florestais por freguesia. Da sua análise conclui-se que as resinosas, fundamentalmente pinheiro bravo, predominam nas freguesias de S. Vicente da Beira, Almaceda, Sarzedas e Santo André das Tojeiras.

O eucalipto tem maior expressão nas freguesias de Malpica do Tejo, Monforte da Beira, Castelo Branco e Benquerenças e com menor expressão, embora com manchas com dimensão apreciável, nas freguesias de S. Vicente da Beira, Sobral do Campo e Lardosa.

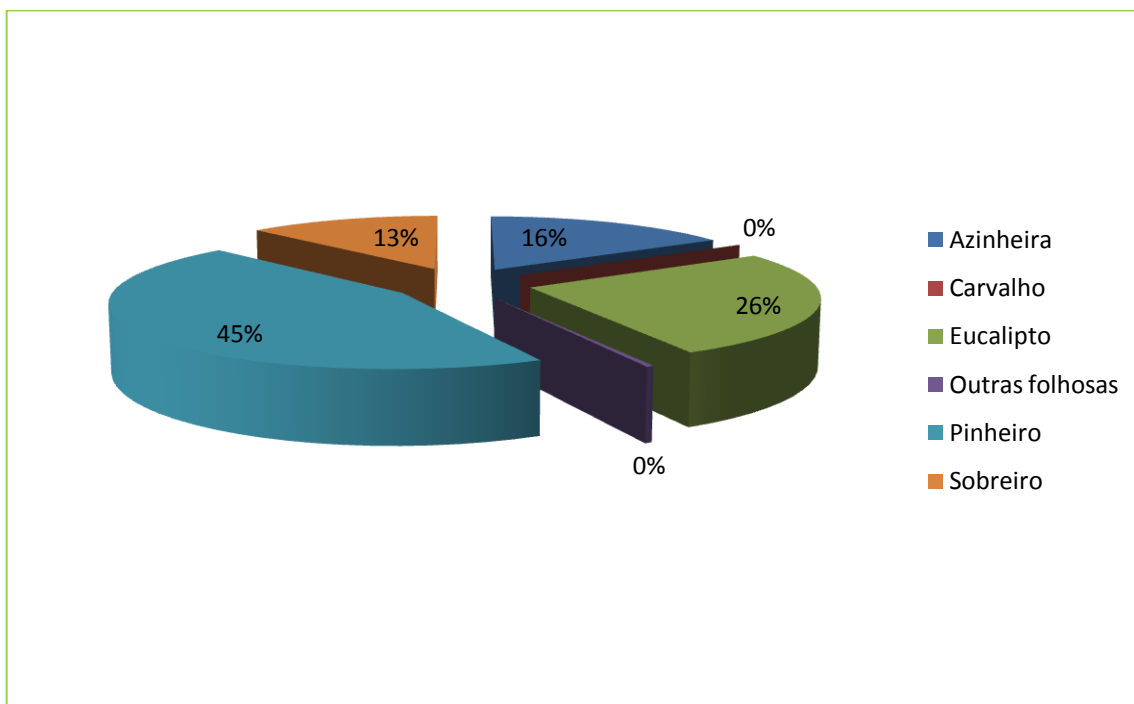


Figura 11 Gráfico com a distribuição das principais espécies florestais

Presentemente assiste-se a substituição gradual de pinheiro bravo por eucalipto, com maior destaque nas áreas ardidas.

O sobreiro e a azinheira têm a sua maior expressão nas freguesias do campo sobretudo em Malpica, Monforte, C. Branco, Escalos de Cima e Lousa, Póvoa de Rio de Moinhos e Cafede e S. Vicente da Beira. Os povoamentos mistos surgem com maior expressão nas freguesias de Malpica do Tejo, Monforte da Beira, Sarzedas e Benquerenças.

Tabela 16 Área ocupada pelas principais espécies florestais por freguesia em ha e %

Freguesia	Espécie	Área (Ha)
Alcains	Carvalho	118,56
	Eucalipto	106,03
	Pinheiro	138,61
	Sobreiro	209,80
Almaceda	Eucalipto	281,09
	Pinheiro	4.460,27
	Outras folhosas	0,72
Benquerenças	Azinheira	204,53
	Eucalipto	865,76
	Pinheiro	1.589,20

Freguesia	Espécie	Área (Ha)
	Sobreiro	143,36
	Outras folhosas	1,10
Castelo Branco	Azinhreira	555,66
	Carvalho	632,31
	Eucalipto	3.526,00
	Pinheiro	504,59
	Sobreiro	1.004,69
	Outras folhosas	49,99
	Lardosa	Azinhreira
Carvalho		13,46
Eucalipto		296,90
Pinheiro		454,90
Sobreiro		140,25
Outras folhosas		12,21
Louriçal do Campo		Carvalho
	Eucalipto	28,71
	Pinheiro	318,72
	Sobreiro	19,77
	Outras folhosas	20,01
	Malpica do Tejo	Azinhreira
Eucalipto		4.808,24
Pinheiro		161,97
Sobreiro		4.479,56
Outras folhosas		153,54
Monforte da Beira		Azinhreira
	Carvalho	5,39
	Eucalipto	3.619,35
	Pinheiro	32,03
	Sobreiro	1.658,52
	Outras folhosas	2,96
Santo André das Tojeiras	Eucalipto	295,77
	Pinheiro	4.696,39
	Sobreiro	6,20
	Outras folhosas	0,82
Sarzedas	Azinhreira	0,86
	Eucalipto	611,88
	Pinheiro	12.003,12
	Sobreiro	80,87
	Outras folhosas	5,30
Salgueiro do Campo	Azinhreira	11,20
	Eucalipto	554,25
	Pinheiro	1.153,06
	Sobreiro	20,10
	Outras folhosas	4,81
São Vicente da Beira	Carvalho	11,17

Freguesia	Espécie	Área (Ha)
	Eucalipto	2.410,20
	Pinheiro	3.789,72
	Sobreiro	130,15
	Outras folhosas	1,31
Tinalhas	Carvalho	4,46
	Eucalipto	2,31
	Pinheiro	473,79
	Sobreiro	135,30
	Outras folhosas	2,92
Póvoa de Rio de Moinhos e Caféde	Carvalho	50,81
	Charcas	2,38
	Eucalipto	22,51
	Pinheiro	757,54
	Sobreiro	389,14
	Outras Folhosas	14,98
Cebolais de Cima e Retaxo	Azinheira	32,66
	Eucalipto	518,58
	Pinheiro	793,65
	Sobreiro	33,01
Escalos de Baixo e Mata	Azinheira	270,73
	Carvalho	474,85
	Eucalipto	306,46
	Pinheiro	162,62
	Sobreiros	379,57
	Outras Folhosas	0,54
Escalos de Cima e Lousa	Azinheira	666,70
	Carvalho	103,06
	Eucalipto	320,12
	Pinheiro	274,69
	Sobreiro	476,18
	Outras Folhosas	3,3
Freixial do Campo e Juncal do Campo	Agrícola	848,20
	Azinheira	4,88
	Eucalipto	331,02
	Pinheiro	1176,07
	Sobreiro	12,96
Ninho do Açor e Sobral do Campo	Azinheira	1,46
	Carvalho	41,22
	Eucalipto	992,57
	Pinheiro	1194,66
	Sobreiro	100,08
	Outras Espécies	9,88

Como se verifica o pinheiro bravo e o eucalipto tem uma ocupação de mais de 50 % da área do Concelho.

Como estas espécies tem uma grande inflamabilidade e combustibilidade associado com os locais onde se encontram, em área com grande declive e em manchas contínuas existe uma dificuldade acrescida em termos de DFCI, na eventualidade de ocorrência de incêndio.

4.3 – Conservação da Natureza

4.3.1 - Áreas protegidas

A classificação de uma Área Protegida (AP) visa conceder-lhe um estatuto legal de proteção adequado à manutenção da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas e do património geológico, bem como à valorização da paisagem. No concelho de Castelo Branco existem algumas áreas protegidas representadas no mapa 13.

Entende-se por parque natural uma área que contenha predominantemente ecossistemas naturais ou seminaturais, onde a preservação da biodiversidade a longo prazo possa depender de atividade humana, assegurando um fluxo sustentável de produtos naturais e de serviços.

A classificação de um parque natural visa a proteção dos valores naturais existentes, contribuindo para o desenvolvimento regional e nacional, e a adoção de medidas compatíveis com os objetivos da sua classificação.

Estas áreas possuem um elevado interesse ecológico, devido às suas características, tais como:

- ✓ Importante local de nidificação de aves, especialmente necrófagas e ripícolas.
- ✓ Existência de um forte potencial para a atividade cinegética em toda a sub-região, em particular no que respeita à caça maior.
- ✓ Elevado potencial para a pesca nos extensos cursos de água que atravessam o Parque.
- ✓ Atividade silvo pastoril desenvolvida.
- ✓ Potencial de exploração de produtos florestais não lenhosos.
- ✓ Elevado potencial produtivo para a azinheira e sobreiro.

Estas áreas devido ao seu estatuto de conservação deverão ter uma especial atenção em termos de planeamento das ações de DFCL. .

4.3.1.1 Parque Natural do Tejo Internacional

A classificação do Parque Natural do Tejo Internacional como área protegida (**Decreto-Regulamentar nº 9/2000, de 18 de agosto**), resulta essencialmente da riqueza natural que alberga, destacando-se o conjunto das arribas do Tejo Internacional, que albergam biótopos característicos das paisagens meridionais, caso das zonas de montado de sobro e de azinho e estepes cerealíferas bem como espécies da flora e da fauna de inegável interesse.

Destacam-se, igualmente pelo elevado valor, as linhas de água com comunidades vegetais ripícolas associadas e, no domínio da avifauna, espécies estritamente protegidas por convenções internacionais.

4.3.1.2 Serra da Gardunha

A Serra da Gardunha apesar da sua pequena área geográfica apresenta uma diversidade biológica elevada, reunindo elementos característicos do norte, centro e sul do país que conferem particularidades únicas a este maciço montanhoso da Beira Interior.

A Serra da Gardunha faz parte da lista nacional de SIC (Sítios de Importância Comunitária) da Rede Natura 2000, sendo considerada uma Zona Especial de Conservação (ZEC) no âmbito da diretiva habitats (92/43/CEE), pois tem espécies de fauna e flora e comunidades vegetais de elevada importância para a conservação.

Estas áreas classificadas, ao abrigo de programas específicos de ordenamento do território, contribuem decisivamente para a manutenção da biodiversidade que integram, assumindo papel de relevo na Defesa da Floresta contra Incêndios.

4.3.2 Rede Natura 2000

A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica para o espaço Comunitário da União Europeia resultante da aplicação das Diretivas nº 79/409/CEE (Diretiva Aves) e nº 92/43/CEE (Diretiva Habitats) que tem como finalidade assegurar a conservação a longo prazo das espécies e dos habitats mais ameaçados da Europa, contribuindo para parar a perda de biodiversidade. Constitui o principal instrumento para a conservação da natureza na União Europeia.

A Rede Natura 2000 é composta por Zonas de Proteção Especial (ZPE), estabelecidas ao abrigo da Diretiva Aves, que se destinam essencialmente a garantir a conservação das espécies de aves, e seus habitats, listadas no seu anexo I, e das espécies de aves migratórias não referidas no anexo I e cuja ocorrência seja regular.

Nestas áreas de importância comunitária para a conservação de determinados habitats e espécies, as atividades humanas deverão ser compatíveis com a preservação destes valores, visando uma gestão sustentável do ponto de vista ecológico, económico e social.

A área do concelho de Castelo Branco integra a Zona de Proteção Especial (ZPE) do Tejo Internacional, Erges e Ponsul criada pelo Decreto lei 384-B/99 de 23 de Setembro.

4.3.3 Regime florestal

No referente ao Regime Florestal, no concelho de Castelo Branco, apenas existem os Baldios do Lourical do Campo, geridos por uma Comissão de Compartes.

Nesta área pretende-se realizar uma gestão ativa da floresta para utilidade pública, com onde se incluem as ações de DFCI assegurando desta forma a criação, exploração e conservação da riqueza silvícola nacional, .

4.4– Instrumentos de gestão florestal

A maior parte dos problemas existentes na floresta em Portugal são, direta ou indiretamente, decorrentes da estrutura fundiária, realidade também constatada no concelho de Castelo Branco.

A dimensão da propriedade florestal e agro-florestal é demasiado reduzida e fragmentada,

com destaque para as freguesias de Alameda, Sarzedas e Santo André das Tojeiras onde a dimensão da propriedade inviabiliza uma gestão eficiente e que torne as explorações sustentáveis, não permitindo maximizar os recursos existentes.

A reestruturação fundiária é essencial para se conseguir a constituição de áreas que sejam, de facto, espaços de gestão única e de dimensão suficiente para apresentarem uma rentabilidade mínima para quem invista na floresta.

As áreas sujeitas a planos de gestão florestal, quer sejam planos de proprietários individuais, empresas ou de Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), constituem locais onde a defesa da floresta contra incêndios está implícita.

O aumento previsível, da área sujeita a Planos de Gestão traduzir-se-á, em princípio, na diminuição de áreas abandonadas ou não sujeitas a tratamentos silvícolas contribuindo de forma significativa para a diminuição do risco de incêndio.

As zonas de intervenção florestal ZIF foram criadas através do Decreto-Lei n.º 127/2005 de 5 de Agosto.

A promoção da gestão do património florestal nacional, nomeadamente através do ordenamento das explorações florestais e da dinamização e apoio ao associativismo, é um dos objetivos da política florestal nacional consagrada na Lei de Bases da Política Florestal, Lei n.º 33/96, de 17 de Agosto.

Compete, pois, ao Estado dinamizar a constituição de explorações florestais com dimensão que possibilite ganhos de eficiência na sua gestão, através de incentivos ao agrupamento de explorações, ao emparcelamento de propriedades e à desincentivação do seu fracionamento.

No Artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 127/2005 de 5 de Agosto são definidos os Objetivos fundamentais das ZIF:

- a) Promover a gestão sustentável dos espaços florestais que as integram;
- b) Coordenar, de forma planeada, a proteção dos espaços florestais e naturais;
- c) Reduzir as condições de ignição e de propagação de incêndios;

d) Coordenar a recuperação dos espaços florestais e naturais quando afetados por incêndios;

e) Dar coerência territorial e eficácia à Ação da administração central e local e dos demais agentes com intervenção nos espaços florestais.

Existem atualmente no concelho de Castelo Branco as seguintes ZIF:

Zona de Intervenção Florestal de Sarzedas- Magarefa (ZIF n.º 19, processo n.º 60/06 - DGRF), pela portaria n.º 359/2008 de 12 de Maio com a área de 1287,46 ha, englobando vários prédios rústicos da freguesia de Sarzedas cuja gestão é assegurada pela AFLOBEI - Associação de Produtores Florestais da Beira Interior;

Zona de Intervenção Florestal de Monforte da Beira -Malpica do Tejo (ZIF n.º 14, processo n.º 62/06- -DGRF), pela Portaria 360/2008, de 12 de Maio. DR n.º 91, Série I com a área de 34 090,58 ha, englobando vários prédios rústicos das freguesias de Monforte da Beira e Malpica do Tejo cuja gestão é assegurada pela AFLOBEI - Associação de Produtores Florestais da Beira Interior;

Zona de Intervenção Florestal de Sarzedas- -Estacal (ZIF n.º 20, processo n.º 061/06 - DGRF), pela Portaria n.º 886/2008 de 14 de Agosto com a área de 1322,71 ha,, englobando vários prédios rústicos da freguesia de Sarzedas cuja gestão é assegurada pela AFLOBEI - Associação de Produtores Florestais da Beira Interior;

Zona de Intervenção Florestal de Castelo Branco (ZIF n.º 74, processo n.º 180/08 -AFN), pelo Despacho do Presidente da Autoridade Florestal Nacional de 21 de Julho de 2009, com uma área de 10 614,00 ha, englobando vários prédios rústicos da freguesia de Castelo Branco cuja gestão é assegurada pela AFLOBEI - Associação de Produtores Florestais da Beira Interior;

Zona de Intervenção Florestal de Almaceda (ZIF n.º 91, processo n.º 64/06 -AFN), por Despacho n.º 22302/2009 de 8 de Outubro de 2009 do Presidente da Autoridade Florestal Nacional, com uma área de 6 413 ha, englobando vários prédios rústicos da Freguesia de Almaceda, cuja gestão é assegurada pela Associação de Produtores Florestais de Espadana e Gardunha;

Zona de Intervenção Florestal de Benquerenças (ZIF n.º 117, processo n.º 150/07-AFN), pelo Despacho n.º 9855/2010 do Presidente da Autoridade Florestal Nacional de 11 de Junho de 2010, com uma área de 1513,81 ha, englobando vários prédios rústicos da freguesia de Benquerenças cuja gestão é assegurada pela AFLOBEI - Associação de Produtores Florestais da Beira Interior;

Zona de Intervenção Florestal de Malhada do Cervo (ZIF n.º 115, processo n.º 151/07 - AFN), com uma área de 1130,06 ha, Castelo Branco (ZIF n.º 74, processo n.º 180/08 - AFN), pelo Despacho n.º 9857/2010 do Presidente da Autoridade Florestal Nacional de 11 de Junho de 2010, com uma área de 1130,06 ha, englobando vários prédios rústicos da freguesia de Sarzedas cuja gestão é assegurada pela AFLOBEI - Associação de Produtores Florestais da Beira Interior;

Além das ZIF que têm que ter um plano de gestão florestal e de defesa da floresta também e de acordo com a legislação em vigor nomeadamente o Plano Regional da Beira Interior aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 10/2006 de 20-07-2006 que define no n.2 do Artigo 27 que estão igualmente sujeitas à elaboração obrigatória de PGF as explorações florestais privadas.

No mapa 14 estão representados alguns desses instrumentos, nomeadamente as ZIF's e planos de gestão florestal aprovados no concelho de Castelo Branco.

4.5– Zonas de recreio florestal, caça e pesca

4.5.1- Zonas de recreio florestal

Na área do concelho de Castelo Branco existem, diversas zonas de recreio florestal como sejam:

Percursos Pedestres de Martim Branco, Louriçal do Campo e Sarzedas, Poço dos Sinos, Praias fluviais de Sesmo, Taberna Seca, Almaceda;

Circuito de Manutenção da Feiteira.

Estes equipamentos implantados em espaço rural pretendem sensibilizar a população para a utilização da floresta em termos lúdicos.

4.5.2 Zonas de Caça e Pesca

O concelho de castelo branco esta organizado quase na sua totalidade do ponto de vista cinegético, sendo esta uma atividade com alguma importância na região pelas espécies existentes. De referir que os dados apresentados são referentes a 2013 por não terem sido fornecidos dados mais recentes(Ver mapa 15).

Relativamente a áreas de não caça e áreas concessionadas de pesca não foram fornecidos elementos.

A existência das áreas de caça geridas pelas associações tem vantagens em termos de DFCI , pela gestão que estas fazem do espaço e pela vigilância do mesmo.

5 - Análise do Histórico e da Causalidade dos Incêndios Florestais

Uma análise efetuada às áreas ardidas e respetivas localizações permite-nos aferir a eficiência do dispositivo de vigilância e combate afeto a cada região, facultando dados que permitem elaborar uma nova estrutura de atuação.

5.1 – Distribuição anual

5.1.1 – Distribuição anual da área ardida e do nº de ocorrências para o período de 1980-2014.

Analisando a figura 12 verifica-se que o ano com maior área ardida no concelho de Castelo Branco e zonas limítrofes foi 2003, com 8.652,7 ha seguido dos anos 2002, 2004, 1991 e 2005, com 6.140,30 ha 6.720,90 ha e 5269,9 ha respetivamente.

Nos anos mais recentes a maior área ardida ocorreu em 2008 com 975,45 ha e 2011 com 611,7 ha.

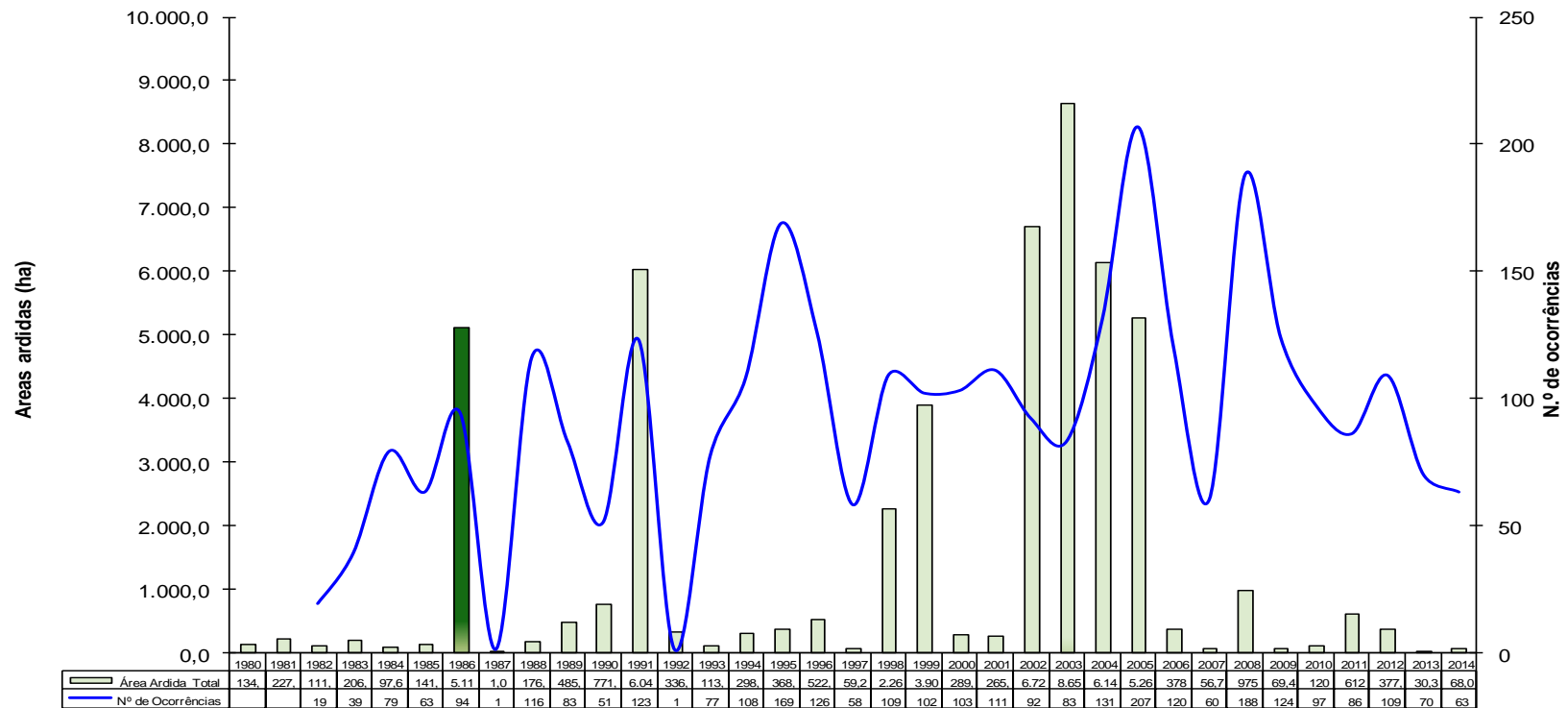
Analisando o mapa n.º16 que representa a cartografia das áreas ardidas entre 2005 e 2014, observa-se a dimensão territorial percorrida pelos diversos incêndios com destaque para o ano de 2005.

De realçar o elevado numero de ocorrências registadas nos anos de 2008 e 2009 com 188 e 124, com uma reduzida área ardida.

Se compararmos os valores destes anos com os referidos no parágrafo anterior constata-se que não existe relação direta entre o número de ocorrências e a área ardida.

Podendo assim concluir-se que a vigilância e a primeira intervenção são fatores determinantes para que o valor da área ardida seja reduzido.

Maior número de ocorrências e área ardida estará relacionada com fatores meteorológicos adversos como sejam as ondas de calor e vento



FONTE:ICNF, 2014

Figura12 - Distribuição anual da área ardida e do n.º de ocorrências (1980-2014)

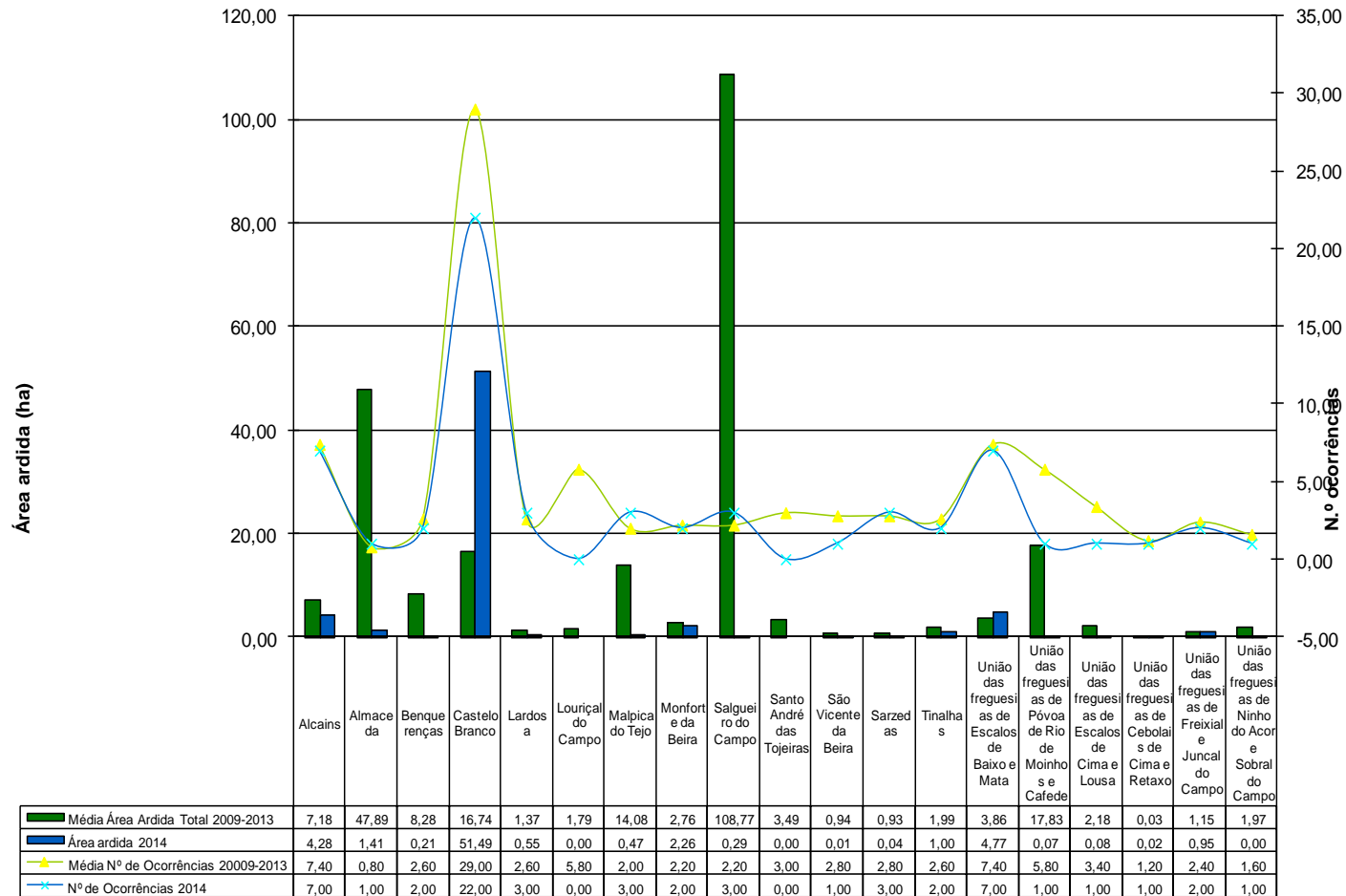
5.1.2 – Distribuição anual da área ardida e do nº de ocorrências em 2014 e média no quinquénio 2009-2013 por freguesia

Relativamente ao gráfico representado na figura 13, no ano de 2014 verifica-se que a freguesia onde ocorreu maior área ardida foi na freguesia de Castelo Branco com um total de 51,49 hectares e 22 ocorrências.

As freguesias de Louriçal do Campo e Santo André das Tojeiras não tiveram registo de qualquer ocorrência neste ano.

Relativamente à média da área ardida no período 2009-2013 a União de Freguesia Cebolais de Cima e Retaxo com 0,00 ha é a que apresenta menor valor médio, também o valor médio de ocorrências é baixo com 0,20 ocorrências.

Relativamente à freguesia com maior número de ocorrências no período considerado, surge Castelo Branco com um valor médio de 29 ocorrências e 16,74 hectares de área média ardida. A freguesia que apresenta maior média de área ardida é Salgueiro do Campo com 108,77 hectares ardidos para apenas uma média de 2,20 ocorrências. A freguesia de Alameda surge em segundo lugar na média de área ardida com 47,89 hectares para uma média de 0,80 ocorrências.



Fonte: ICNF 2014

Figura 13 – Distribuição da área ardida e do n.º de ocorrências em 2014 e média no quinquénio 2009-2013 por freguesia

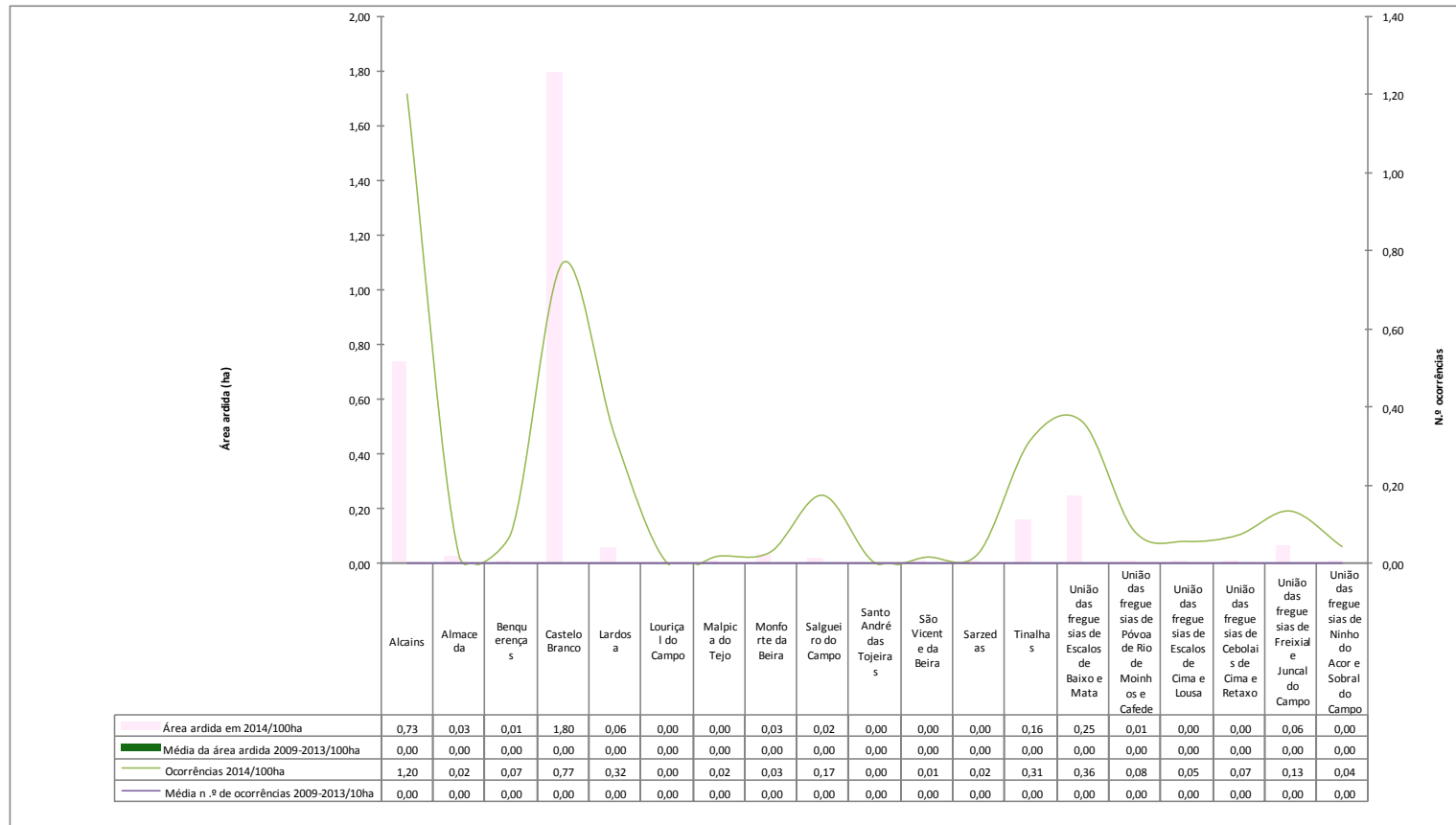
5.1.3 – Distribuição da área ardida e do nº de ocorrências em 2014 e média no quinquénio 2009-2013, por espaços florestais em cada 100 hectares, por freguesia.

Analisando a figura 14, verifica-se que em 2014, a freguesias de Castelo Branco com 26,54 ha, foi a freguesia em que se verificou o número mais levado da área ardida. Em todas as outras o valor foi insignificante ou nulo.

Relativamente ao número de ocorrências também foi a freguesias de Castelo Branco que apresentou o maior número de ocorrências.

Em relação ao período 2009-2013 o valor médio de área ardida para espaços florestais em cada 100 hectares é nulo em todas as freguesias.

Também a média de ocorrências para este período de tempo é nulo em todas as freguesias.



Fonte: ICNF, 2014

Figura 14 Distribuição da área ardida e do nº de ocorrências em 2014 e média no quinquênio 2009-2013 por espaços florestais em cada 100 hectares, por freguesia

5.1.4. – Distribuição mensal da área ardida e do nº de ocorrências em 2014 e média 2005-2013

A figura 15 mostra-nos a distribuição mensal da área ardida e nº de ocorrências em 2014 e a média de área ardida e nº de ocorrências nos anos de 2009 - 2013.

Relativamente ao número e ocorrências surge Julho com 28 em 2014 e também o mês de Julho com 44,60 no período 2005-2013.

Quanto a área ardida surge o mês de junho em 2014 com 27,96 ha, com a maior área ardida. O mês de agosto na média do período considerado apresenta o maior valor de média com 502.69 ha.

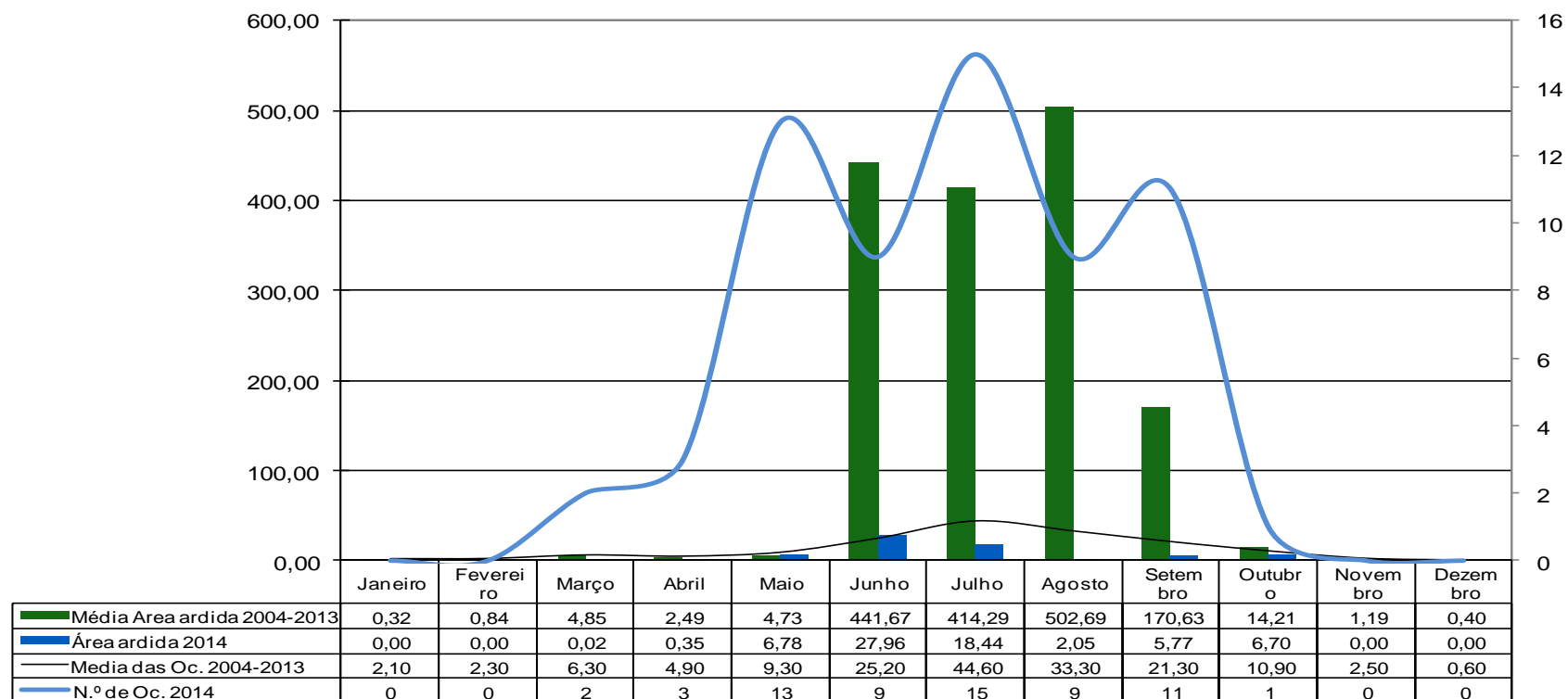
No ano 2014 os meses de janeiro, fevereiro, novembro e dezembro não registaram qualquer ocorrência.

No período considerado os meses de janeiro, fevereiro, novembro e dezembro surgem com valores médios de ocorrências de baixos, assim como os valores médios de área ardida.

No período considerado crítico devem ser intensificadas as ações de vigilância.

No período considerado os incêndios responsáveis por maior área ardida estão associados com vagas de calor e ventos fortes.

Os meses em que o número de ocorrências são mais elevadas assim como a área ardida, são aqueles em que existe uma maior movimentação de pessoas motivada por férias, em que a população de muitos aglomerados aumenta e são desenvolvidas algumas atividades agrícolas e florestais com equipamentos que apresentam algum risco.



Fonte: ICNF, 2014

Figura 15 - Distribuição mensal da área ardida e do n.º de ocorrências em 2014 e média 2005-2014

5.1.5. – Distribuição semanal da área ardida e do nº de ocorrências em 2014 e média 2005-2013

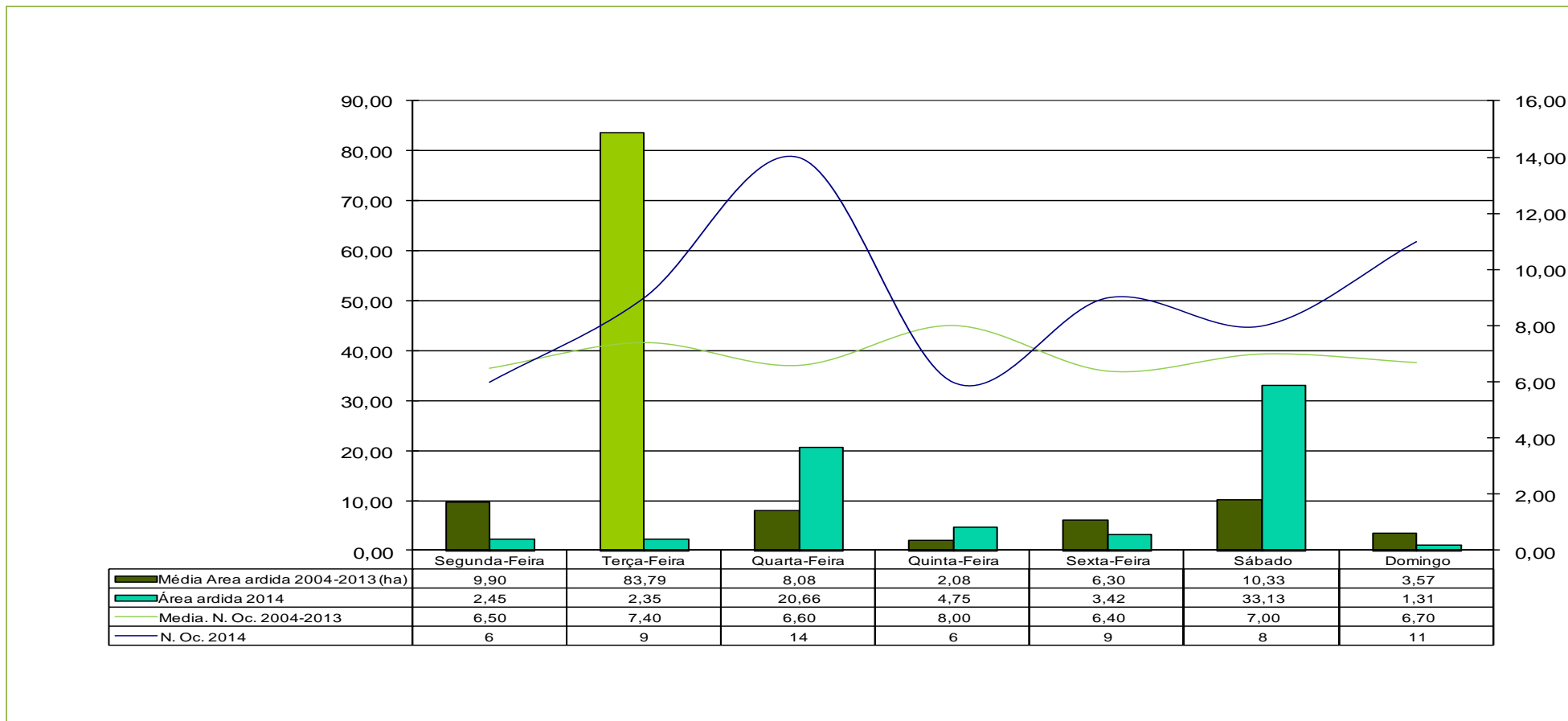
Através da análise do gráfico da figura 16, podemos verificar que no ano 2014 o número de ocorrências foi menor à segunda e quinta-feira com 6 ocorrências e máximo na quarta-feira com 14.

No período 2005-2013 os valores mínimos de ocorrências registaram-se na Segunda-feira com 6.50 e o máximo na quinta-feira com 8.

Relativamente à área ardida, no ano de 2014 o dia da semana que apresenta a maior área é o sábado com 33,13 ha. Ao domingo apenas se registou 1,31 ha de área ardida sendo este o menor valor.

Considerando a média no período 2005-2014 o valor mais elevado ocorreu à terça-feira com 83.79 ha e o menor na quinta-feira com 2.08 ha.

Neste sentido, e considerando os valores obtidos, serão fundamentais, em ações de planeamento de DFCEI, ter em consideração os referidos dias, para que se proceda ao direcionamento dos meios e estratégias mais adequadas.



FONTE:ICNF, 2014

Figura16 - Distribuição Semanal da área ardida e do n.º de ocorrências em 2014 e média 2004-2013

5.1.6. – Distribuição dos valores diários acumulados da área ardida e do número de ocorrências

No referente aos dias considerados mais críticos em termos de área ardida, a análise efetuada ao gráfico que consta da figura 17, permite-nos concluir que o dia 08 de agosto foi aquele em que o valor acumulado foi o mais elevado com 1786 ha.

No que diz respeito ao número de ocorrência o valor acumulado mais elevado registou-se no dia 26 de julho com 20 ocorrências.

Os restantes dias com maior valor quer de área ardida quer de número de ocorrências distribuem-se por todo o ano com especial incidência para a época crítica de incêndios.

Os valores estão relacionados com os dias de maior movimentação populacional e atividades agrícolas e florestais.

5.1.7. – Distribuição horaria da área ardida e do número de ocorrências

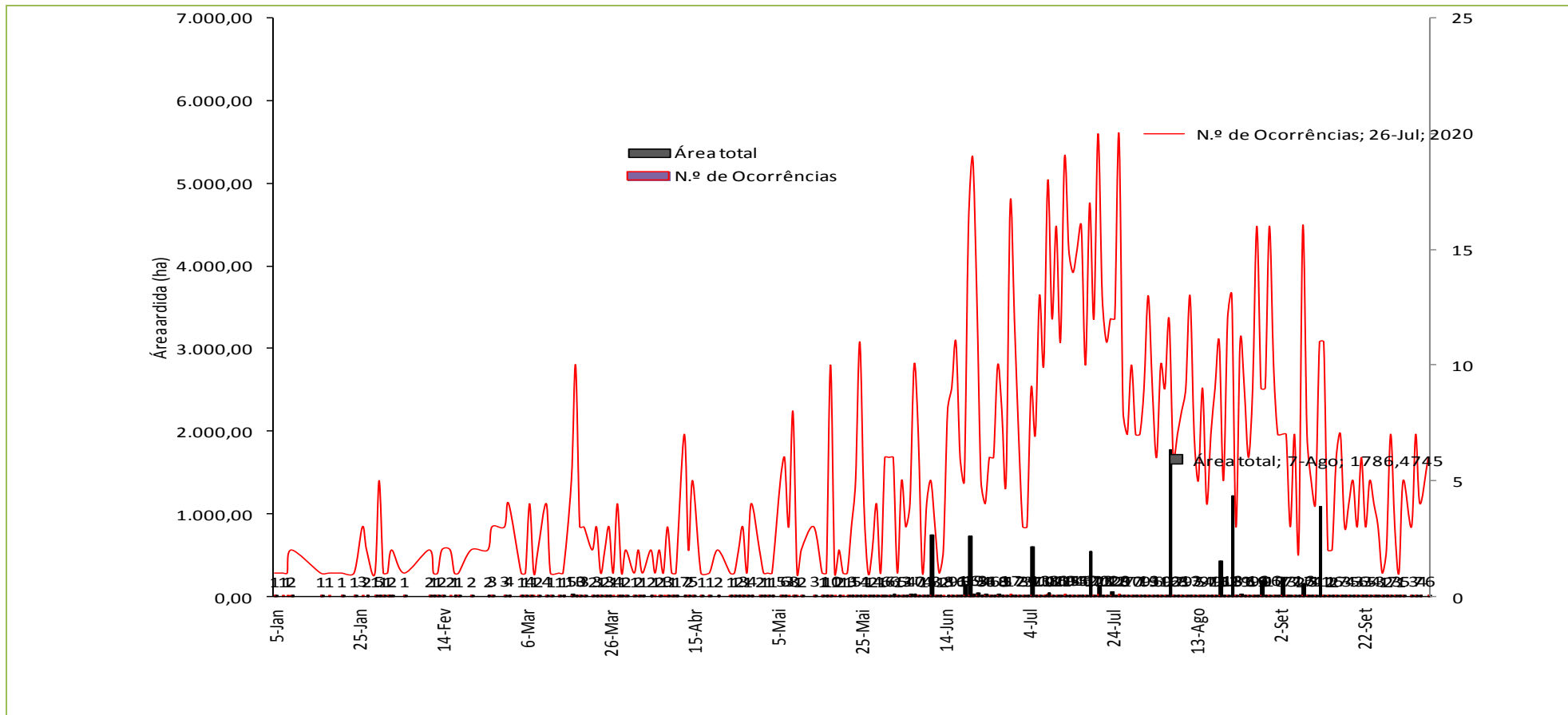
Analisando a figura 18 que nos mostra a distribuição horária da área ardida e número de ocorrência no período de 2005-2014 verifica-se que no período correspondente à temperatura mais elevada é aquele em que o número de ocorrências e área ardida é maior.

O valor da área ardida é máximo no período das 15 às 16 horas com 3731,5 ha seguido pelo período das 14 às 15 horas com 1368,2 há e também do período das 12 às 13 horas com uma área ardida de 1089,7 há. No período de tempo das 17 às 18 horas registou-se o maior número de ocorrências com 177.

De salientar que no período com temperaturas mais elevadas o número de ocorrências pouco diverge, variando entre 153 e 177 nos períodos das 14 às 15 horas e das 17 às 18 horas.

O menor número de ocorrências surge na madrugada e manhã entre as 4 e as 8 horas com registo de 10, 11 ocorrências.

É por isso fundamental a manutenção e reforço dos meios de vigilância, deteção, primeira intervenção e combate neste período.



FONTE:ICNF 2014

Figura 17 Distribuição dos valores diários acumulados da área ardida e do número de ocorrência 2005-2014

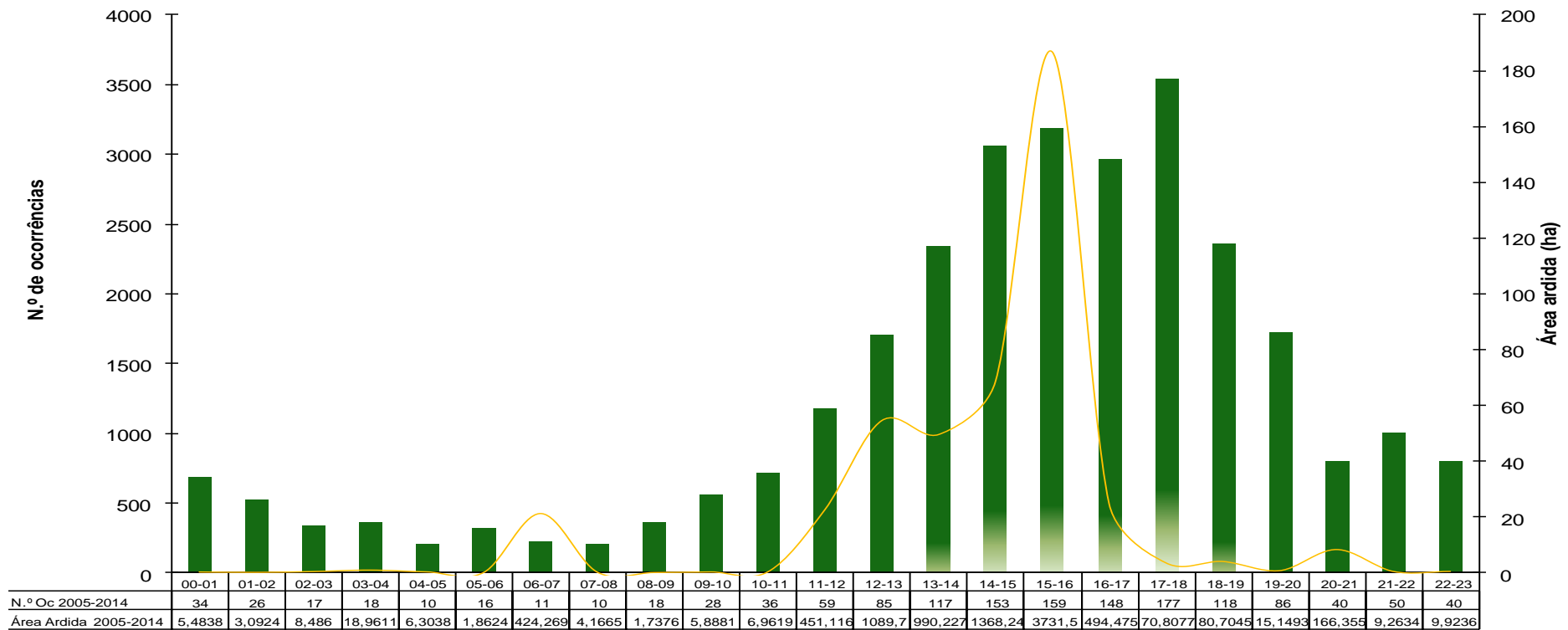


Figura 18 Distribuição horária da área ardida e do n.º de ocorrências (2005-2014)

Fonte: ICNF 2014

Tabela 17 - Distribuição horária da área ardida e do n.º de ocorrências (2005-2014)

Classe Horaria	Ocorrências 2005-2014		Área Ardida 2005-2014	
	%	(ha)	(ha)	%
00-01	34	2,27	5,48	0,06
01-02	26	1,74	3,09	0,03
02-03	17	1,13	8,49	0,09
03-04	18	1,20	18,96	0,21
04-05	10	0,67	6,30	0,07
05-06	16	1,07	1,86	0,02
06-07	11	0,73	424,27	4,73
07-08	10	0,67	4,17	0,05
08-09	18	1,20	1,74	0,02
09-10	28	1,87	5,89	0,07
10-11	36	2,40	6,96	0,08
11-12	59	3,94	451,12	5,03
12-13	85	5,67	1.089,70	12,15
13-14	117	7,81	990,23	11,04
14-15	153	10,21	1.368,24	15,26
15-16	159	10,61	3.731,50	41,60
16-17	148	9,88	494,48	5,51
17-18	177	11,82	70,81	0,79
18-19	118	7,88	80,70	0,90
19-20	86	5,74	15,15	0,17
20-21	40	2,67	166,36	1,85
21-22	50	3,34	9,26	0,10
22-23	40	2,67	9,92	0,11
23-00	42	2,80	4,25	0,05

Fonte : ICNF 2014

Como se pode verificar o período entre 12-13 e 15-16 é responsável por 38,5 % das ocorrências e por 85.8% da área ardida.

A movimentação populacional que corre neste período e a utilização de máquinas agrícolas e florestais serão fatores a ter em conta para justificar estas ocorrências.

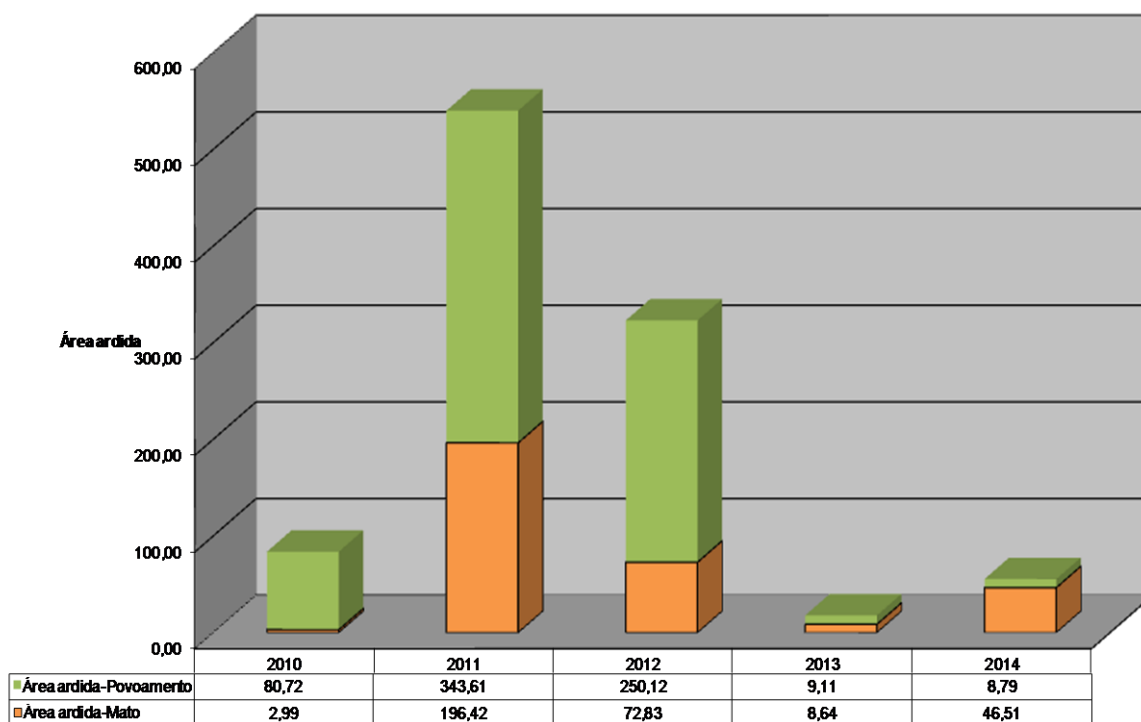
5.2 – Área ardida em espaços florestais

No que concerne à análise efetuada aos dados obtidos no gráfico da figura 19, podemos registar o ano de 2011 como o que apresenta valores mais elevados, com destruição

significativa de espaços florestais dos quais 343,61 hectares são povoamentos e 196,42 hectares são matos.

Relativamente à distribuição da área ardida por espaços florestais de uma forma geral verifica-se a predominância dos povoamentos sobre os matos, com exceção do ano de 2014.

No ano 2010 área ardida de mato corresponde a 2,99 do total o valor mais baixo.



Fonte:ICNF(2014)

Figura 19 - Área ardida em espaços florestais 2010-2014

Tabela 18 Relação entre a área ardida de mato e povoamentos no período 2010-2014

Ano	Área ardida-Mato		Área ardida-Povoamento	
	ha	%	ha	%
2010	2,99	3,57	80,7152	96,43
2011	196,42	36,37	343,6114	63,63
2012	72,83	22,55	250,12035	77,45
2013	8,64	48,66	9,1131	51,34

2014	Área ardida-Mato		Área ardida-Povoamento	
	ha	%	ha	%
	46,51	84,10	8,7927	15,90

5.3– Área ardida e número de ocorrências por classes de extensão

Após análise do gráfico da figura 20 verificamos que o maior número de ocorrências, 354 do total, ocorre na classe de 0-1 ha com um total de 48,87 ha de área ardida.

A classe de extensão que apresenta menor expressão em termos de área ardida e de ocorrências é a classe dos 10-20 com 44,07 ha e apenas 3 ocorrências.

A classe com maior expressão é a dos grandes incêndios com mais de 100 ha em que apenas 2 ocorrências foram responsáveis por 779,02 ha de área ardida

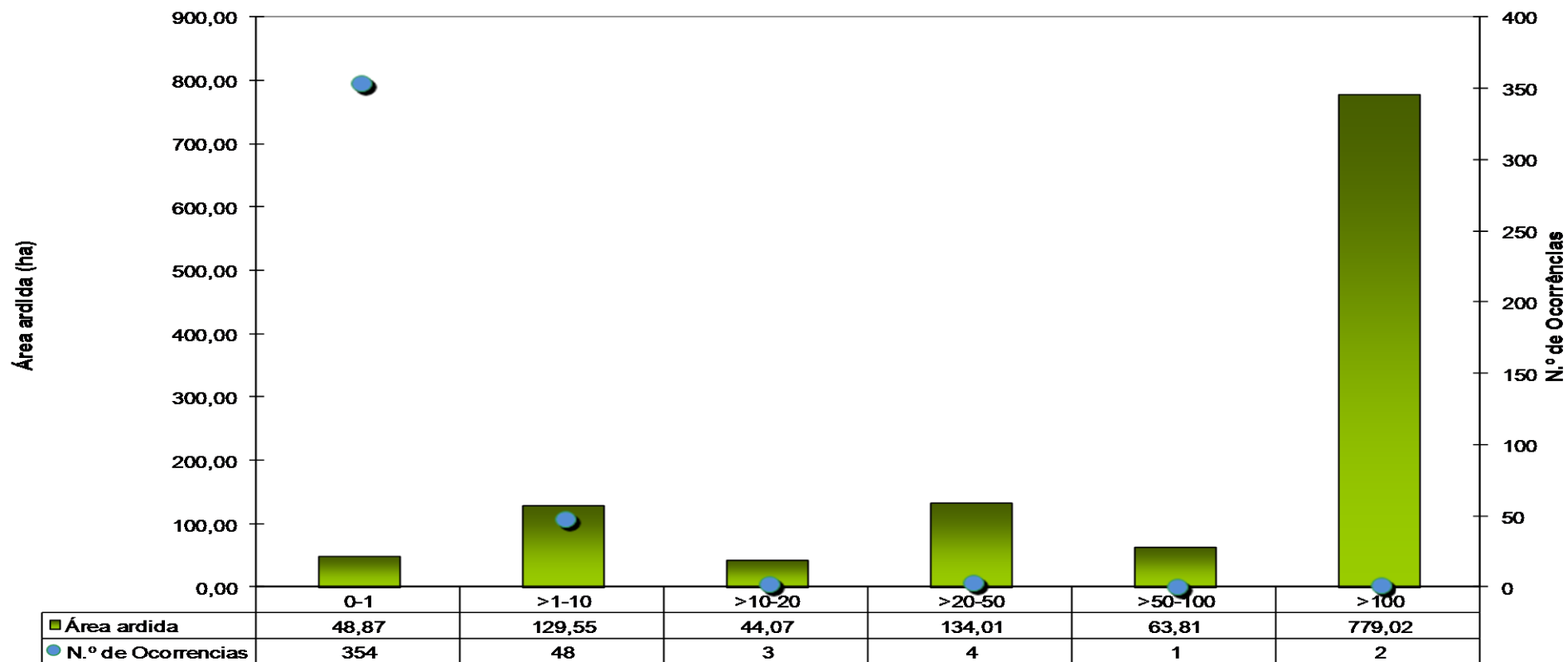
Temos assim 65% da área ardida se de deveu a apenas 0,5 % do total das ocorrências.

Podemos concluir que o sistema de deteção e primeira intervenção funciona, se atendermos a estes números.

Tabela 19 Distribuição da área ardida e do n.º de ocorrências por classes de extensão (2010-2014)

Classe	Área ardida		N.º de Ocorrências	
	ha	%	N.º	%
0-1	48,87	4,07	354	85,92
>1-10	129,55	10,80	48	11,65
>10-20	44,07	3,67	3	0,73
>20-50	134,01	11,17	4	0,97
>50-100	63,81	5,32	1	0,24
>100	779,02	64,95	2	0,49

Fonte: ICNF 2014



Fonte:ICNF(2014)

Figura 20 Distribuição da área ardida e do n.º de ocorrências por classes de extensão (2010-2014)

5.4– Pontos de início e causas

5.4.1 – Mapa dos pontos de início e causas dos incêndios de Castelo Branco

Da análise efetuada à carta relativa aos pontos de ignição dos incêndios no concelho de Castelo Branco, no período de 2010-2014, verificamos a existência da tendência para se concentrarem junto da rede viária florestal e nas explorações agrícolas, situação que tem a ver com fatores económicos.

5.4.2 – Quadro do número total dos incêndios e causas por freguesia

Relativamente às causas investigadas de ocorrência de incêndios, destacam-se os seguintes valores da tabela 17

Tabela 20 Quadro do número total dos incêndios e causas por freguesia no período de 2010-2014

Freguesias	Causas					Total Geral
	Desconhecida	Intencional	Natural	Negligente	Reacendimento	
Alcains	14	7		16		37
Almaceda	3	1				4
Benquerenças	5	1	1	6		13
Castelo Branco	55	44	2	44		145
Lardosa	8	1		4		13
Louriçal do Campo	19	3		7		29
Malpica do Tejo	6			4		10
Monforte da Beira	3	2		6		11
Salgueiro do Campo	2	2		7		11
Santo André das Tojeiras	2	6		6	1	15
São Vicente da Beira	7			7		14
Sarzedas	3	1	1	9		14
Tinalhas	9	2		2		13
União das freguesias de Cebolais de Cima e Retaxo	3	1	0	1	0	5

Freguesias	Causas					Total Geral
	Desconhecida	Intencional	Natural	Negligente	Reacendimento	
União das freguesias de Escalos de Baixo e Mata	17	4	0	9	0	30
União das freguesias de Escalos de Cima e Lousa	5	0	0	8	0	13
União das freguesias de Freixial e Juncal do Campo	7	1	0	2	0	10
União das freguesias de Póvoa de Rio de Moinhos e Cafede	13	1	0	6	1	21
União das freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo	11	2	1	13	0	27

No período em análise registaram-se 435 ocorrências com predominância na freguesia de Castelo Branco com 145, das quais com o valor mais elevado surge a causa desconhecida com 55 ocorrências (ver tabela 17).

Da análise à tabela verificamos que a causa desconhecida, por não terem sido investigados os incêndios ou os resultados terem sido inconclusivos, é a que tem maior número de ocorrências com a freguesia de Castelo branco a destacar-se com 55 ocorrências, seguindo-se a freguesia de Lourical do Campo e a União de freguesia de escalos de Baixo e Mata com 19 e 17 ocorrências respetivamente. As restantes freguesias apresentam valores semelhantes entre si.

Surge em seguida a negligencia com 157 ocorrências em que a queima de sobrantes, as queimadas ou a utilização de máquinas agrícolas são as principais responsáveis, sendo mais uma vez a freguesia de Castelo Branco que sobressai com 44. As restantes freguesias apresentam valores idênticos entre si. A freguesia de Alameda foi a única onde não se registou nenhuma ocorrência por negligência.

A causa intencional surge com 79 casos em que se inclui o fogo posto sendo mais uma vez a freguesia de Castelo Branco que com 44 ocorrências se destaca das restantes.

5.5– Fontes de Alerta

5.5.1 – Distribuição do nº de ocorrências por fonte de alerta

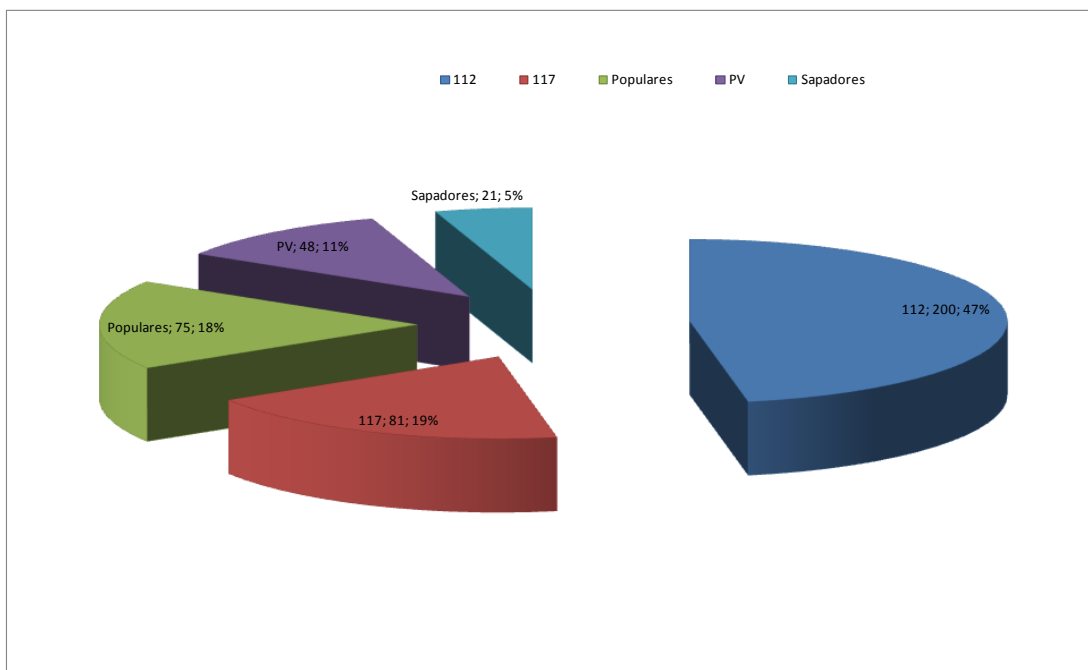


Figura 21 Distribuição do nº de ocorrências por fonte de alerta

ICNF (2014)

Analisando os dados representados no gráfico da figura 21, referentes à distribuição do número de ocorrências por Fonte de Alerta no concelho de Castelo Branco, no período de 2010-2014 o maior numero de alertas foi dado via 112 seguindo-se com valores semelhantes os alertas via 117 e de populares.

5.5.2 – Distribuição do número de ocorrências por fonte e hora de alerta

No que concerne à distribuição do número de ocorrências por fonte e hora de alerta no período de 2010 a 2014, representados na figura 22, verifica-se que no período das 14 às 15 horas e das 15 às 16 horas durante o qual o número de ocorrências é máximo as fontes principais de deteção são populares e os postos de vigia que no conjunto representam mais de 80 % do total.

Verifica-se que os postos de vigia estão associados a deteção de incêndios em todos os períodos.

5.6– Grandes Incêndios

5.6.1 – Distribuição Anual das áreas ardidadas dos grandes incêndios no concelho de Castelo Branco

Nos anos mais recentes assistiu-se a uma diminuição do número dos grandes incêndios.

A ocorrência dos grandes incêndios no Concelho de Castelo Branco, coincidiu com fenómenos meteorológicos anormais, traduzidos por ondas de calor e ventos superiores à média, associado por vezes com a simultaneidade de ocorrências.

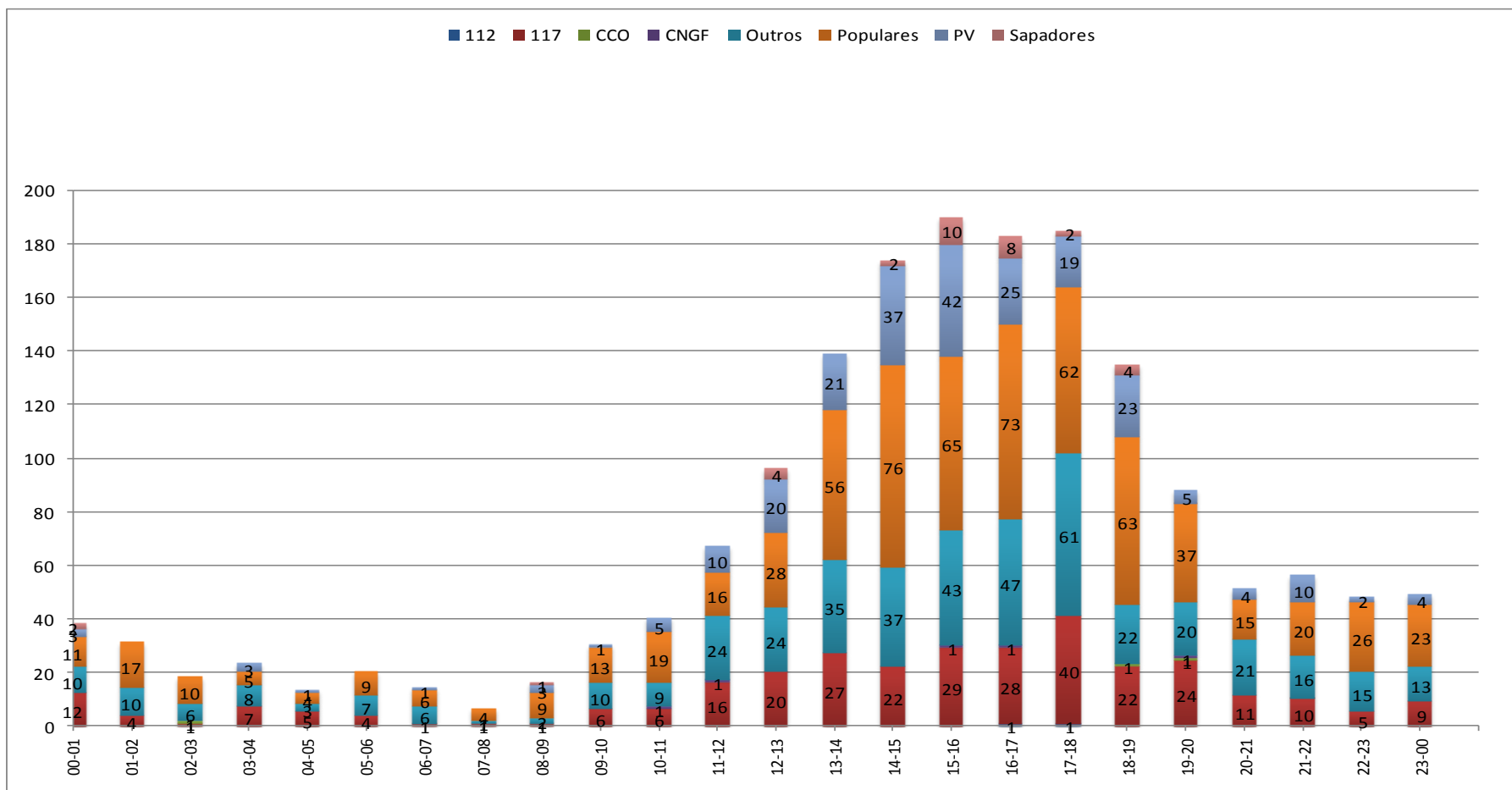


Figura22 Distribuição do n.º de ocorrências por fonte e hora de alerta (2010-2014)

Fonte: ICNF (2014)

5.6.2 – Distribuição Anual do número de grandes incêndios por classes de área

Pela análise do gráfico da figura 23, e da tabela 21 verifica-se que o ano 2005 foi o mais dramático em que apenas 7 ocorrências 53.85 % do total foram responsáveis por 5.606,85 ha de área ardida, 26.23 % do total.

Nos quatro anos em que houve grandes incêndios arderam 7570,14 hectares em 13 ocorrências, o que significa que em termos médios cada incêndio foi responsável por 582,32 hectares de área ardida.

Estes valores estão relacionados com fatores climatéricos adversos e simultaneidade de ocorrências.

Atendendo aos dados disponíveis não é possível determinar a existência de ciclos de fogo.

Tabela 21 Grande incêndios por classes de extensão

Classe de extensão	Ocorrências		Área ardida	
	N.	%	ha	%
100-500	7,00	53,85	1.986,34	26,23
>500-1000	4,00	30,77	2.582,80	34,11
>1000	2,00	15,38	3.001,00	39,64

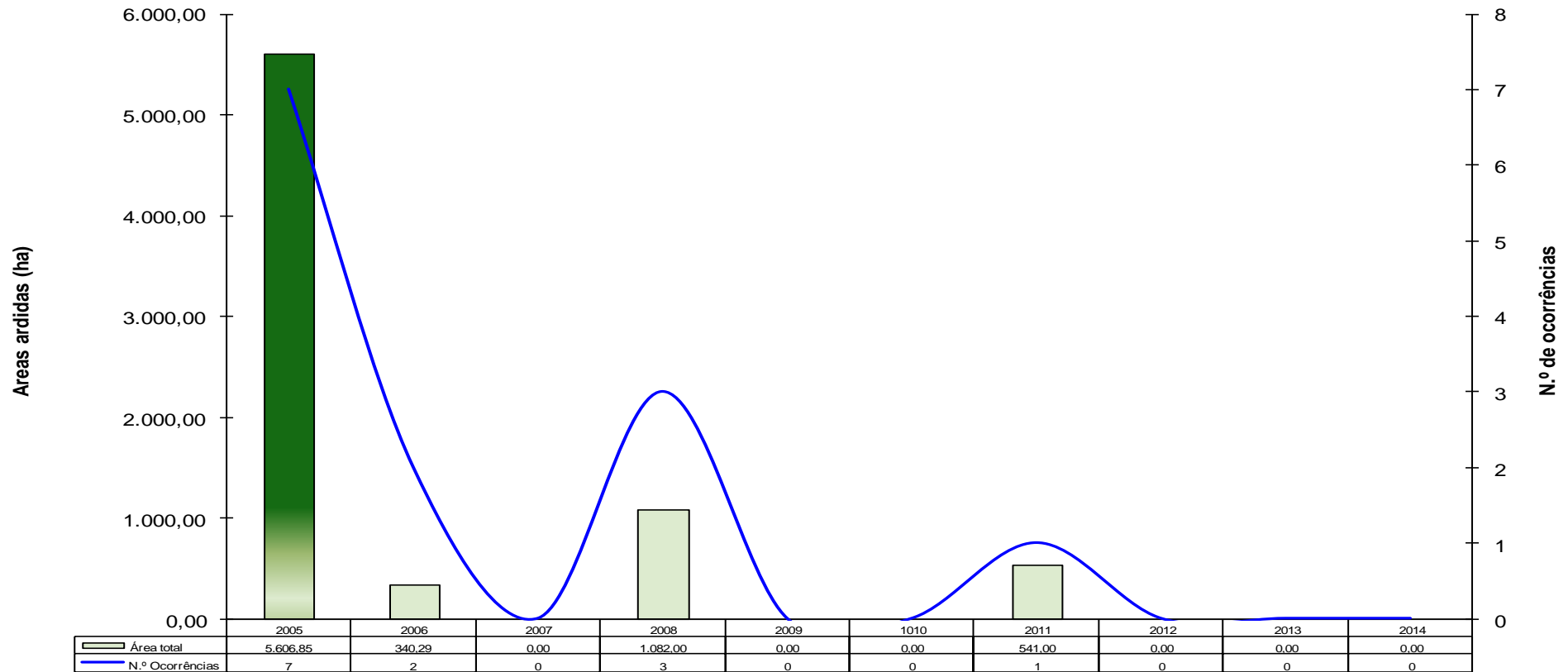
Fonte: ICNF 2014

5.6.3 – Distribuição mensal da área ardida e do número de ocorrências dos grandes incêndios

Da análise da figura 24 que representa a distribuição mensal da área ardida no concelho de Castelo Branco, destaca-se o mês de agosto com 3606 ha ardidos a que corresponde 46,18 % da área total ardida e 4 ocorrências que correspondem a 28,57% do total de ocorrências.

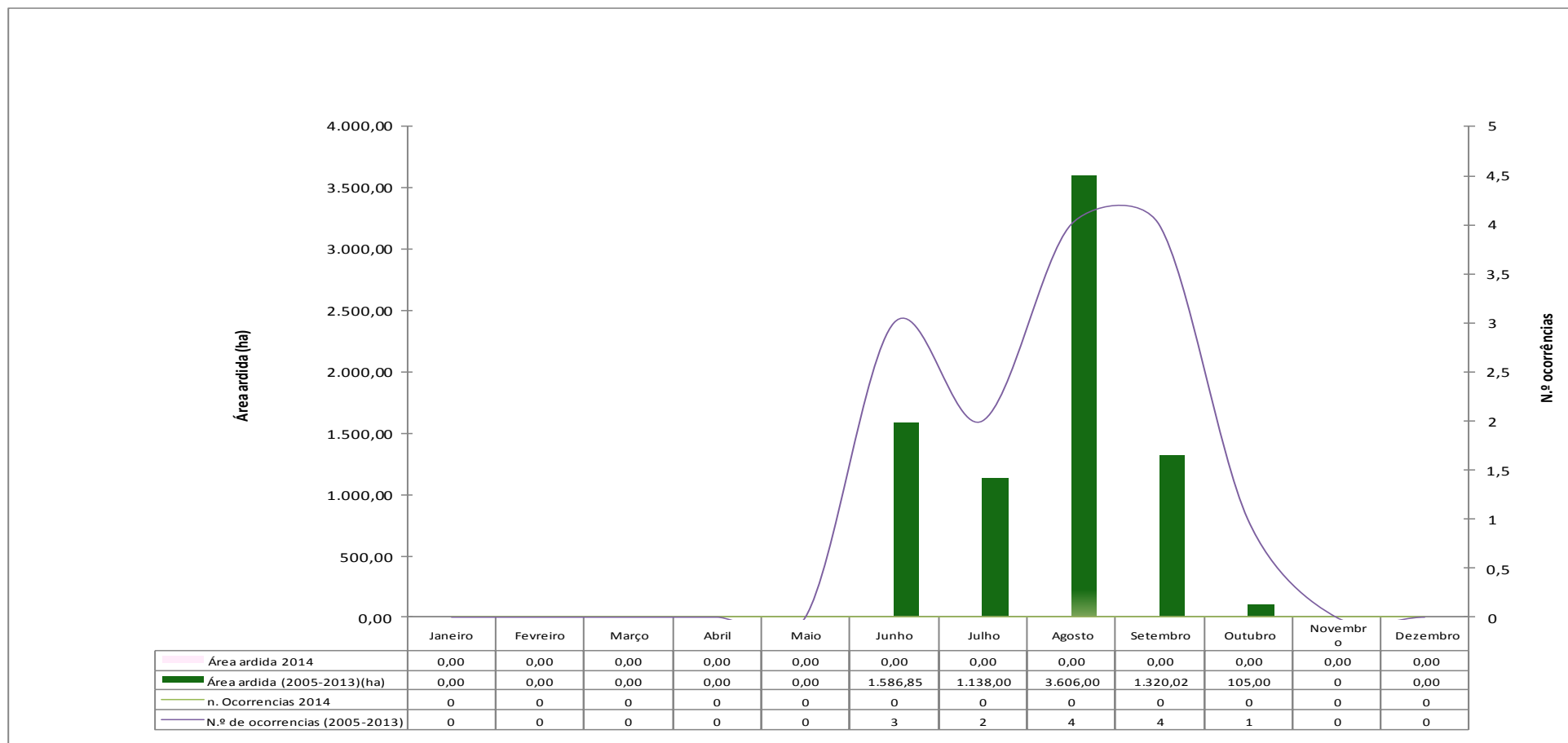
Com menor valor surge o mês de julho com apenas 2 ocorrência e 1138 ha de área ardida.

Os valores estão relacionados com fatores climatéricos adversos.



FONTE: ICNF 2014

Figura 23 Distribuição anual da área ardida e do n.º de ocorrências dos grandes incêndios (2005-2014)



Fonte: ICNF 2014

Figura 24 Distribuição mensal da área ardida e do número de ocorrências dos grandes incêndios (2005-2014)

Os meses mais críticos relativamente ao número de ocorrências dos grandes incêndios são Setembro com 5e Agosto com 4.

A movimentação populacional que corre neste período e a utilização de máquinas agrícolas e florestais e algumas atividades agrícolas serão fatores a ter em conta para justificar estas ocorrências.

5.6.4 – Distribuição semanal da área ardida e do número de ocorrências dos grandes incêndios

Pela análise do gráfico da figura 25 concluímos que o domingo e a segunda-feira são os dias em que a área ardida é maior com 1922,05 hectares e 1920,80 hectares respetivamente que correspondem a 49 % do total depois surge a sexta-feira com 1661,29 há.

Relativamente ao número de ocorrências o valor mais elevado ocorreu à sexta-feira com cinco ocorrências e o menor ao sábado com uma.

De referir que no ultimo ano não ocorreram grandes incêndios no concelho.

Este valores estão relacionados com fatores climatéricos adversos.

A movimentação populacional que corre neste período e a utilização de máquinas agrícolas e florestais e algumas atividades agrícolas serão fatores a ter em conta para justificar estas ocorrências.

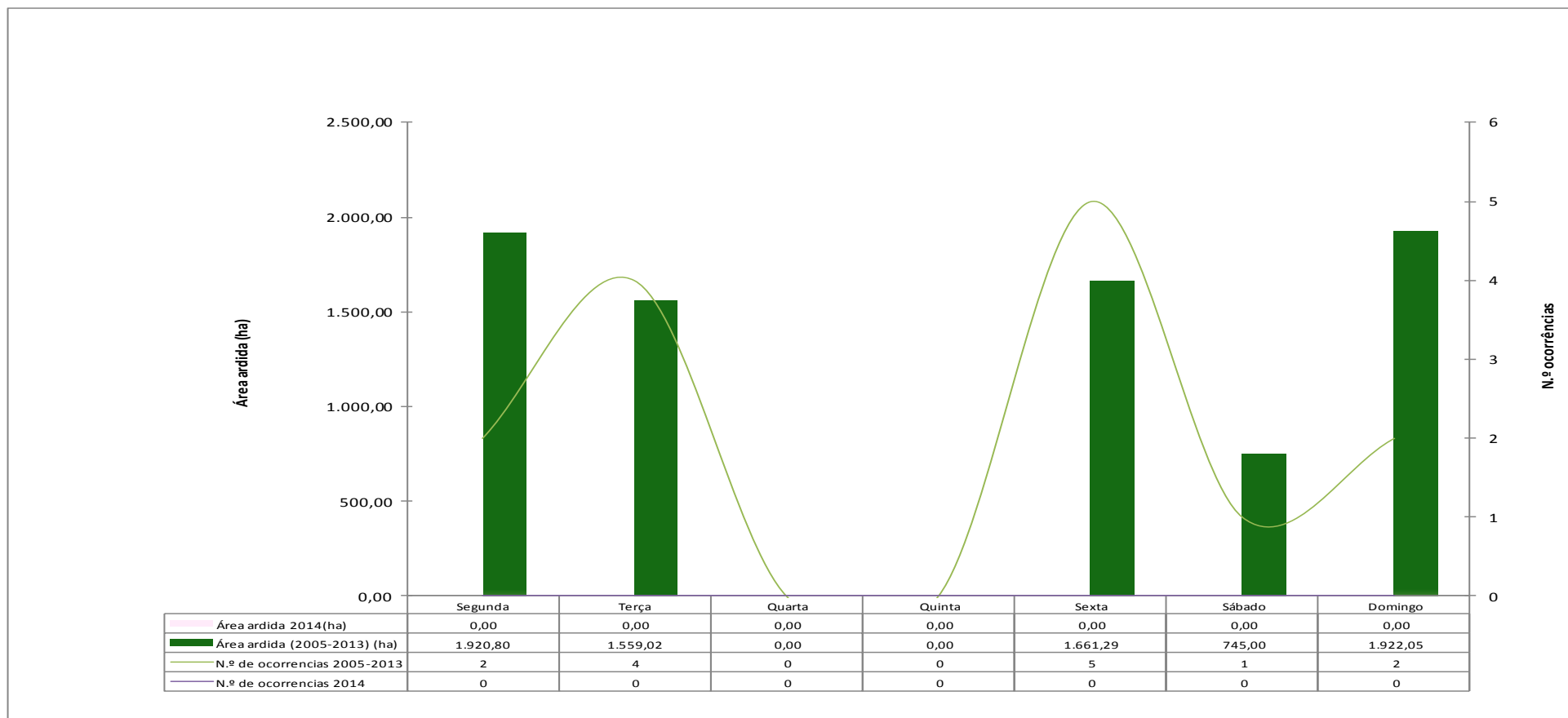


Figura 25 Distribuição Semanal da área ardida e do número de ocorrências dos grandes incêndios (2005-2014)

Fonte: ICNF2014

5.6.5 – Distribuição horária da área ardida e do número de ocorrências dos grandes incêndios (2005-2014)

Os grandes incêndios distribuem-se essencialmente pelas horas em que os valores de temperatura e humidade do ar são mais propícios à sua propagação, ou seja, no período das 12 às 16 horas com 71,43 % das ocorrências e 84,15 % da área ardida (ver figura 26).

No período de tempo entre 2005 e 2014 o período em que ardeu maior área foi das 15 às 16, sendo de igual forma o período com mais ocorrências, 5.

A movimentação populacional que ocorre neste período e a utilização de máquinas agrícolas e florestais e algumas atividades agrícolas serão fatores a ter em conta para justificar estas ocorrências.

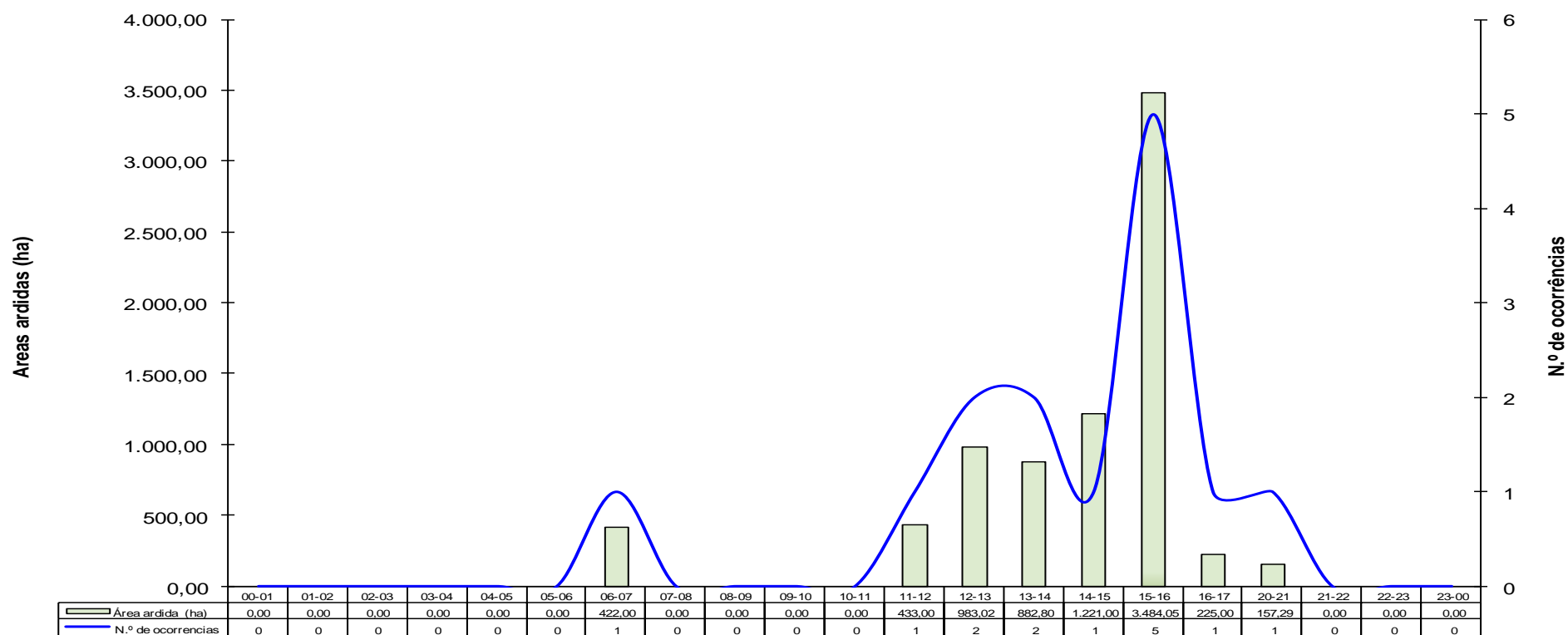


Figura 26 Distribuição horária da área ardida e do número de ocorrências dos grandes incêndios (2005-2014)

Fonte: ICNF 2014

. BIBLIOGRAFIA

CMCB (1994) Plano Diretor Municipal

Conselho Nacional de Reflorestação (2005) Orientações Estratégicas para a recuperação das Área ardidadas

DGRF (2006) Estratégia Nacional para as Florestas

DGRF (2006) Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios

DGRF (2006) Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Sul

FREIRE, Sérgio; Hugo CARRÃO; Mário R. CAETANO Produção de Cartografia de Risco de Incêndio Florestal com Recurso a Imagens de Satélite e Dados Auxiliares

Gabinete Técnico Florestal de Castelo Branco (2007) Plano Operacional Municipal

Velez, R. (2000) La defensa contra incendios forestales. Fundamentos y experiências. McGrawHill

7. Anexos